

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA**  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**AVANTE BRASILEIROS DE PÉ, UNIDOS PELA LIBERDADE, MARCHEMOS**  
**TODOS JUNTOS: A BRIGADA MILITAR E O MOVIMENTO DA**  
**LEGALIDADE**

**VITÓRIA NICOLINI NUNES**

**Taquara**

**2017**

**VITÓRIA NICOLINI NUNES**

**AVANTE BRASILEIROS DE PÉ, UNIDOS PELA LIBERDADE, MARCHEMOS  
TODOS JUNTOS: A BRIGADA MILITAR E O MOVIMENTO DA  
LEGALIDADE**

Trabalho de Conclusão apresentado  
ao Curso de História das Faculdades  
Integradas de Taquara, sob  
orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea  
Helena Petry Rahmeier.

**Taquara**

**2017**

A meus pais, meu porto seguro.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Izabel e José Augusto, pelo apoio durante esta jornada e por sempre acreditarem em minha capacidade. Sem vocês, este sonho não poderia ser realizado.

Agradeço, de forma especial, à minha orientadora, professora Andrea Helena Petry Rahmeier, pela sugestão do tema deste trabalho, pela paciência, pelos conselhos e pela generosa forma com que compartilha seu conhecimento. Foi uma honra ter sido sua aluna do início ao fim da graduação.

Aos demais professores do curso de História da Faccat, pelas valorosas lições ao longo da graduação e por ensinarem através do exemplo.

Aos amigos que fiz na Faccat, especialmente Gabriel Bortoli, Gislaine Silveira, Tiago Kohlrausch e Eliton Freitag. Juntos, compartilhamos momentos inesquecíveis e, sem vocês, esta história não poderia ser escrita!

Aos demais colegas do curso de História, pela troca de ideias, experiências e por terem contribuído para minha formação.

À minha família, por estimular meu crescimento pessoal e intelectual e compreender os momentos de ausência.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a apresentar como a historiografia analisa o apoio dispensado pela Brigada Militar ao Movimento da Legalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas informações foram obtidas através de três categorias de fontes bibliográficas: historiadores, militares e jornalistas. Os historiadores se fazem presente neste estudo por meio dos trabalhos de autores como Boris Fausto, Thomas Skidmore e Jorge Ferreira. Trabalhando especificamente a temática Brigada Militar, citam-se Romeu Karnikowski, Amanda Siqueira da Silva e Lucas Cabral Ribeiro. Os militares estão representados por Helio Moro Mariante e Antonio Silveira da Silva, cujas obras foram utilizadas após rigorosa análise crítica. Apresentam-se, ainda, Flávio Tavares, Kenny Braga, Rafael Guimaraens, Paulo Markun e Duda Hamilton, jornalistas que, em sua grande maioria, lançaram obras no ano de 2011, alusivas aos 50 anos da Legalidade. Os objetivos desta pesquisa visam entender o contexto de criação da Brigada Militar; descrever o contexto histórico brasileiro em 1960/1961; interpretar o Movimento da Legalidade com base na historiografia existente sobre o tema; descrever as ações da Brigada Militar durante o Movimento da Legalidade; e apresentar um histórico da participação da força estadual gaúcha em outros conflitos e de que forma ela se posicionou. Esta pesquisa se justifica por seu caráter inovador, visto que a Brigada Militar é um tema pouco explorado no meio acadêmico. O trabalho está dividido em três partes: os antecedentes (a criação da Brigada Militar e o contexto histórico brasileiro no início da década de 1960); o Movimento da Legalidade; e a atuação da Brigada Militar (tanto em outros conflitos quanto sua participação no Movimento da Legalidade).

**Palavras-chave:** Movimento da Legalidade. Brigada Militar. João Goulart. Leonel Brizola. Rio Grande do Sul.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Defesa da fachada do Palácio Piratini .....	52
Imagem 2 – Integrantes da Brigada Militar defendendo o Palácio Piratini .....	54
Imagem 3 – Brigadianos se posicionam armados no telhado do Palácio Piratini .....	55
Imagem 4 – Barricadas foram erguidas no entorno do Palácio Piratini .....	58

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>A BRIGADA MILITAR E O BRASIL ANTES DA LEGALIDADE</b>	<b>12</b>
2.1	História da Brigada Militar	12
2.2	Contexto histórico brasileiro em 1960/1961	24
<b>3</b>	<b>O MOVIMENTO DA LEGALIDADE</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>O PAPEL DA BRIGADA MILITAR NO MOVIMENTO DA LEGALIDADE</b>	<b>40</b>
4.1	A Brigada Militar em 1961	40
4.2	Brigada Militar: mantenedora da ordem estadual e subordinada ao governador	43
4.3	A atuação da Brigada Militar no Movimento da Legalidade	51
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, será abordada a participação da Brigada Militar, força policial do Rio Grande do Sul, no Movimento da Legalidade ocorrido em agosto de 1961. A Legalidade foi um movimento organizado pelo governador do Estado, Leonel Brizola, para garantir o direito constitucional de João Goulart, até então vice-presidente, de assumir a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. O apoio da Brigada Militar e do III Exército foram fundamentais para o êxito do movimento, assim como a intensa mobilização popular que tomou conta das ruas não só de Porto Alegre, mas de todo o Rio Grande do Sul. Esta pesquisa se propõe a apresentar, então, como a historiografia analisa o apoio dispensado pela Brigada Militar ao Movimento da Legalidade.

O interesse pelo Movimento da Legalidade surgiu quando da realização da disciplina de História do Brasil IV, na qual são abordados os governos de Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, João Goulart e o regime militar. Após entrar em contato com os materiais referentes ao governo de Jânio Quadros, foi possível perceber que a Legalidade era tratada, principalmente nos livros de história geral, de maneira superficial e simplista. Mesmo tendo durado poucos dias, o Movimento da Legalidade foi fundamental para assegurar a posse de João Goulart, sem o qual o golpe militar teria se concretizado já em 1961.

A importância deste estudo reside no limitado número de trabalhos sobre a Brigada Militar. Nesse sentido, justifica-se por seu caráter inovador, visto que são poucos os autores que tratam dessa temática. Ainda, há o fato de o Movimento da Legalidade ser um evento relativamente recente na história contemporânea do Brasil e, especialmente, do Rio Grande do Sul.

Apesar da relevância da Brigada Militar e de sua intensa participação na história do Rio Grande do Sul, poucos são os estudos feitos nesse sentido. As obras que tratam da história da Brigada são, geralmente, escritas por ex-integrantes da corporação, como Hélio Moro Mariante (1972) e Antonio Silveira da Silva (1989), e tendem a difundir uma história heroica, grandiosa e nostálgica. Assim, essas obras fazem parte da dita “velha história militar”, ou seja, aquela história militar escrita por militares. Deve-se ressaltar que essa não é a postura que se pretende adotar neste estudo. A propósito da história

militar, é importante mencionar que o Brasil não possui tradição nessa área, tampouco cursos específicos sobre a temática. O que existe, atualmente, são alguns historiadores trabalhando com o tema específico de forma independente, como, por exemplo, Ronaldo Queiroz de Moraes, Amanda Siqueira da Silva e Lucas Cabral Ribeiro, autores utilizados neste trabalho. Nesse sentido, surge o que se pode chamar de “nova história militar”, que propõe novos enfoques para essa temática e coloca a “batalha” em segundo plano. De acordo com Soares e Vainfas, “a nova história militar somente desabrochou a partir dos anos 1980, beneficiando-se, em grande medida, da crise dos paradigmas deterministas. Ela não deixa de ser, em certa medida, mais um derivativo da chamada *nova história* [...]” (2012, p. 121, grifo dos autores). Essa “nova” história militar retrata muito das características já utilizadas, apresentando uma história mais voltada para o social e para a análise de conjunturas, buscando fazer uma reflexão analítica dos fatos. Ainda, segundo os mesmos autores, “a nova história militar não apenas apresenta novos objetos para o seu campo de estudos, aproximando-a da história sociocultural e [...] socioeconômica, como também vem desenvolvendo novas abordagens investigativas [...]” (2012, p. 124).

Dito isso, torna-se importante apresentar os objetivos deste trabalho. Neste texto, pretende-se: entender o contexto de criação da Brigada Militar; descrever o contexto histórico brasileiro em 1960/1961; interpretar o Movimento da Legalidade com base na historiografia existente sobre o tema; descrever as ações da Brigada Militar durante o Movimento da Legalidade; e apresentar um histórico da participação da força estadual gaúcha em outros conflitos e de que forma essa se posicionou.

Neste trabalho, utilizam-se as Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul como fontes primárias. Como fontes secundárias, foram utilizados livros, artigos presentes em periódicos e publicações comemorativas. Foram aproveitados livros de autores já consagrados como Boris Fausto (2015), Thomas Skidmore (2010) e Jorge Ferreira (2011), que tratam da história do Brasil de forma geral; e também publicações que abordam, especificamente, o Movimento da Legalidade, como as escritas por Joaquim Felizardo (1991), Flávio Tavares (2013), Paulo Markun e Duda Hamilton (2011) e Rafael Guimaraens (2011). Há ainda as publicações

comemorativas, como o livro “Legalidade 25 anos”, publicado em 1986, e que reúne depoimentos e entrevistas com personagens importantes da Legalidade. Também se utilizaram trabalhos recentes como os artigos escritos pelos historiadores Amanda Siqueira da Silva (2010, 2011, 2014 e 2016) e Lucas Cabral Ribeiro (2011 e 2013). A dissertação de mestrado de Ronaldo Queiroz de Moraes (2002) e a tese de doutorado de Romeu Machado Karnikowski (2010) se constituíram em importantes fontes para a realização deste trabalho.

A fim de contemplar todos os objetivos propostos, este trabalho está dividido em três capítulos. Inicialmente, é feita uma análise da história da Brigada Militar gaúcha desde seu surgimento, no século XIX, até 1961, momento em que eclodiu a Legalidade. Quando de sua criação, a Brigada Militar, que ainda não possuía essa nomenclatura, era um exército estadual treinado para o combate e melhor organizado do que o Exército Nacional, que ainda se encontrava em fase de estruturação. Assim, foi abordado o contexto histórico existente no final do século XIX e de que forma a criação de Brigada Militar contribuiu para a manutenção do Partido Republicano Rio-Grandense no poder. Além da história da Brigada, o contexto histórico brasileiro do início da década de 1960 também é abordado. Ao final do governo de Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros, que até então tinha uma carreira política em ascensão, despontava como o principal candidato à presidência da República. Empossado em janeiro de 1961 ao lado do discreto João Goulart, Jânio renunciou antes de completar sete meses de governo, pegando aliados, opositores e eleitores de surpresa e dando origem ao Movimento da Legalidade.

O capítulo seguinte busca compreender o relacionamento pessoal de João Goulart e Leonel Brizola e o Movimento da Legalidade em si, cuja origem remonta à renúncia presidencial e ao veto das Forças Armadas à posse de Jango, o “herdeiro” legítimo do cargo. Em um primeiro momento, apresenta-se João Goulart e Leonel Brizola estabelecendo um relacionamento que vai além do profissional, pois em 1950, Neuza Goulart, irmã de Jango, casou-se com Brizola e tornou a relação dos dois amigos mais próxima. Dotados de personalidades distintas, João Goulart e Leonel Brizola adotariam posturas opostas em diferentes momentos, mas convergiriam em 1961 a fim de assegurar um direito constitucional. Ainda neste capítulo, apresenta-se o

Movimento da Legalidade dia a dia, tomando o dia 25 de agosto, data da renúncia, como ponto inicial e a posse de João Goulart, em 7 de setembro, como limite. Para fazer essa cronologia, foram utilizados os diversos autores citados anteriormente.

Por fim, o último capítulo também está subdividido em três partes. Primeiro, abordam-se os princípios seguidos pela Brigada Militar durante sua história, como a manutenção da ordem e a lealdade ao governador do Estado, seu comandante-chefe. O respeito a esses princípios eram fundamentais para compreender as decisões políticas tomadas pela corporação no decorrer dos anos e de que forma isso se refletiu nos conflitos em que a Brigada esteve envolvida. Esses conflitos, inclusive, são o cerne da segunda parte do capítulo, visto que a força gaúcha participou de diversos embates entre as décadas de 1920 e 1930 e nem sempre se posicionou da mesma forma. Na terceira e última parte do capítulo, são apresentados momentos em que a Brigada Militar efetivamente participou do Movimento da Legalidade, como a proteção ao Palácio Piratini e à Cadeia Radiofônica da Legalidade, a organização dos voluntários e o fornecimento de armamentos, entre outros.

## **2 A BRIGADA MILITAR E O BRASIL ANTES DA LEGALIDADE**

Neste capítulo, serão abordados dois momentos: a história da Brigada Militar no Rio Grande do Sul e o contexto histórico brasileiro nos anos de 1960 e 1961. Inicialmente, o foco estará na Brigada Militar, força estadual criada em 1892 com o intuito de manter o Partido Republicano Rio-Grandense no poder. Criada meses antes da eclosão da Revolução Federalista, coube à Brigada conter o movimento e restabelecer a ordem no Estado. Com o passar do tempo, a Brigada, um exército estadual, se estruturou, tendo como modelo o Exército Nacional, envolvendo-se em diversos conflitos em nível estadual e nacional. Em 1937, a Brigada Militar foi federalizada e colocada na reserva do Exército, assim como iniciou as atividades policiais, função que desempenha até hoje.

Em um segundo momento, será abordado o contexto histórico brasileiro no início da década de 1960. Nesse período, o Brasil vivia a euforia do desenvolvimento promovido por Juscelino Kubistchek e pela construção de Brasília, a nova capital federal. Em 1961, em um espaço de tempo de apenas sete meses, Jânio Quadros assumiu a presidência e renunciou ao cargo, colocando o país em uma inesperada crise. Esses eventos resultariam no Movimento da Legalidade, objetivo principal deste trabalho.

### **2.1 História da Brigada Militar**

Após a proclamação da República, os estados brasileiros se tornaram mais autônomos, o que refletiu na organização de suas forças públicas, responsáveis pela defesa dos governos e territórios estaduais. Segundo Lucas Cabral Ribeiro, “a força pública torna-se uma organização militar a serviço dos poderes regionais constituídos na federação” (2013, b, p. 20), ou seja, os estados passaram a se organizar em pequenos exércitos no intuito de garantir essa autonomia recém conquistada após anos de poder centralizado. No Rio Grande do Sul, a disputa pelo poder entre republicanos e liberais deu origem a uma sangrenta guerra civil que recebeu o nome de Revolução Federalista e ficaria marcada pela prática da degola dos prisioneiros de guerra.

Apesar de ter sido criada em 1892, a Brigada Militar não foi a primeira força militar do Rio Grande do Sul, visto que, em função de sua localização geográfica, o território sempre foi palco de conflitos que exigiram de seus habitantes alguma organização militar com o objetivo de proteger seus domínios, como afirma Santos: “o Rio Grande do Sul, desde os seus primórdios, é um Estado que se apresenta com forte militarização. Possui esse cunho devido às grandes lutas que envolviam as disputas de terras” (2014, p. 2). Nesse sentido, em 18 de novembro de 1837, durante a Revolução Farroupilha, foi criado, pelo Presidente da Província, Antônio Elzeário de Miranda e Brito, através da Lei Provincial nº 7, um efetivo que recebeu o nome de Força Policial. Deve-se ressaltar que a Brigada Militar considera, até hoje, esse dia como data de sua fundação. Para Romeu Karnikowski, a referida lei estabelecia a seguintes atribuições para a Força Policial:

Essa lei provincial estabelece que a organização desta força policial deveria ser a mesma da tropa de primeira linha e que tinha por finalidade garantir a ordem e a segurança pública em Porto Alegre, bem como de seus subúrbios e comarcas através de destacamentos. Dessa forma, essa Força Policial foi criada com o objetivo de executar os serviços de polícia, com estrutura de tropa militar, para garantir a ordem pública na capital da província e seus arredores – não podendo ser distraída desse serviço, exceto no caso de invasão de inimigos. Desta forma, fica bem claro de acordo com a Lei 07/1837, que era uma força militar com finalidade de polícia, mas em caso de invasão de inimigos poderia ser empregada como tropa bélica. No entanto, era uma força policial com caráter militar não voltada para reprimir a criminalidade, mas para manter a segurança dos imperiais ou legalistas que habitavam Porto Alegre contra uma possível invasão dos inimigos farroupilhas que já tinham tomado a capital da província em setembro de 1835. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 97).

Com o passar do tempo, a Força Policial receberia outras designações, como: Corpo Policial, entre 1841 e março de 1873; novamente Força Policial no período entre abril de 1873 e o início da República em 1889; Guarda Cívica, em 1889 e durante o mês de junho de 1892; e Brigada Policial, também em junho de 1892, até se tornar a Brigada Militar, em 15 de outubro de 1892. Nessa data, através do Ato nº 357, assinado pelo presidente da Província em exercício<sup>1</sup>, Fernando Abbott, foi criada uma força militar estadual inspirada no Exército Nacional. Quando de sua criação, a Brigada Militar contava com dois

---

<sup>1</sup>Fernando Abbott ocupou a presidência da Província do Rio Grande do Sul, de forma interina, no lugar de Júlio de Castilhos, em duas oportunidades: entre março e julho de 1891; e entre setembro de 1892 e janeiro de 1893.

Batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria, em um total de 1.266 homens, além de inúmeros esquadrões e corpos provisórios. Seu primeiro comandante foi o coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz. De acordo com Ronaldo Queiroz de Moraes, nesse momento, a Brigada Militar era “um Exército regional montado para a guerra – modelada na forma do Exército Nacional e com a mesma capacidade de mobilização de guerra, com instrução militar e armamento de igual tom” (2002, p. 49).

No início do período republicano, o Exército Nacional não contava com um vasto efetivo, logo, não constituía uma força a ser temida. Segundo McCann (2007, *apud* KARNIKOWSKI, 2010, p. 120), “o exército brasileiro era uma força relativamente exígua, em torno de 14 mil homens divididos em 14 regimentos de cavalaria e 39 batalhões de infantaria, artilharia e engenharia”. Desse total, cerca de 3.700 homens estavam estacionados no Rio Grande do Sul, constituindo o maior contingente do Exército brasileiro reunido em uma única província (CARVALHO, 2005). Essa, inclusive, era uma das razões pelas quais o poder central não interferia nos conflitos armados e políticos do Estado (RIBEIRO, 2013). Nesse sentido, o advento da República incentivou uma maior autonomia dos Estados, pois, conforme Ribeiro:

Com a formulação da constituição da República que nascia em 1891, os estados começam a se tornar mais autônomos, e ao mesmo tempo começam a ser criadas as forças públicas, que seriam uma representação da segurança nesses Estados, ou seja, servia para a defesa do Governo do Estado perante os excessos da União, é nesse momento que a força pública se coloca como uma organização militar dos estados e passa a viver aquartelado. Sendo assim, o que se compreende desse processo é que a partir do momento onde é adotado o modelo republicano os estados membros dessa nova República ganham mais autonomia, o que força os mesmos a organizarem-se em pequenos exércitos. (RIBEIRO, 2013, a, p. 4).

Diante de um cenário tenso no Rio Grande do Sul em função da iminência da Revolução Federalista e das mudanças provocadas pela Proclamação da República, a Brigada Militar foi criada com o intuito de ser um exército estadual com funções bélicas, e não um órgão de policiamento. A argumentação de Amanda Siqueira da Silva segue nesse sentido:

O armamento da Brigada Militar era realmente forte, entretanto, a potência desse “exército regional” estava na sua forte experiência bélica, já que seus integrantes tinham grande qualidade militar, melhor que o Exército Nacional, que tinha falta de treinamento adequado e de material bélico. A organização foi semelhante com a do Exército, dividida em corpos de batalhões e regimentos, o que ressaltava sua característica militar, voltada para atuação bélica e não policiamento. (SILVA, 2016, p. 8).

Oficialmente, a Brigada Militar foi criada por Fernando Abbott, no entanto, é notória a influência e o poder de Júlio de Castilhos nessa iniciativa, visto que era o principal líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) naquele momento e um fiel adepto dos princípios positivistas. Assim, fica evidente que o recém criado exército estadual também receberia influência dos valores propagados por Castilhos. Para Silva, “a instituição estava sob a égide da influência positivista, que tinha entre seus propósitos dar uma ordenação lógica à sociedade, procurando eliminar aqueles elementos anárquicos e desagregados que impediriam a sua evolução” (2011, p. 200).

Iniciada a Revolução Federalista, em 1893, coube à Brigada Militar a tarefa de preservar a ordem pública, proteger a República e executar as leis, em conformidade com sua missão legal<sup>2</sup>. Segundo Moraes, a guerra civil motivou o governo do Estado a aumentar o efetivo da Brigada, pois “a Brigada Militar torna-se a prioridade nos investimentos do Estado Republicano. O aparato coativo do exercício legítimo da violência é o que garante um Estado forte e militarmente preparado para a guerra” (2002, p. 56). Silva concorda quando afirma que “o governo investia gradativamente no aumento do número de soldados da Brigada, assim como os distribuía nos locais ao qual considerava de mais fácil mobilização” (2011, p. 199).

Em 1895, após dois anos de um sangrento conflito, chegou ao fim a Revolução Federalista, sedimentando a vitória dos castilhistas e republicanos. Sem a colaboração da Brigada Militar, esse resultado dificilmente seria alcançado, pois, de acordo com Moraes, “a Guerra Civil de 1893 legitimou a violência das armas como prerrogativa exclusiva do Estado, e este, representando o ‘bem público’, fornecia à Brigada Militar os recursos financeiros necessários à vitória” (2002, p. 84, grifo do autor). Finda a Guerra Civil, restou à Brigada a missão de manter a ordem no Estado. Para isso,

---

<sup>2</sup>Conforme o ato nº 371, de outubro de 1892, que estabelece as competências da Brigada Militar.

utilizou os serviços de seu grande efetivo, formado principalmente por oficiais oriundos da antiga Guarda Cívica, do Exército e por guerreiros livres. A manutenção da ordem pela Brigada Militar é entendida por Moraes da seguinte forma:

A Brigada Militar é a máquina de guerra do Estado republicano encarregada de manter o ordenamento social no espaço do combate direto e depois, na paz, no espaço político-administrativo. A força das armas é material, sem dúvida, no entanto, sua eficiência está em seu poder simbólico normalizador. A força pública estadual representava a *ultima ratio*<sup>3</sup> nas relações de poder no Rio Grande do Sul. O que escapava ao controle administrativo do Estado e do PRR era imediatamente corrigido pela força das armas da Brigada Militar. Assim sendo, a imagem de uma força militar; que poderia ser utilizada a qualquer momento; já é em si um elemento normalizador da ordem. (MORAIS, 2002, p. 88).

Silva concorda e afirma que, nesse período, a construção de uma carreira na Brigada Militar tinha o seguinte sentido:

Naquela época a carreira militar proporcionava ao indivíduo um status e poder perante a sociedade. Este incorporava e assumia a filosofia da instituição como sua própria filosofia de vida. Seus princípios eram disciplina, organização e poder, os quais foram mantidos desde a sua criação e permanecem até hoje; agem a serviço da cidadania, visando à proteção do direito de todos a preservação da ordem e da segurança pública da sociedade. (SILVA, 2010, p. 7).

Em 1897, com a paz instaurada no Estado, o comando da Brigada Militar passou para o coronel José Carlos Pinto Júnior, que ficaria por doze anos no comando da instituição e, em sua gestão, sedimentou o profissionalismo militar através da Missão Instrutora do Exército, estreitando os vínculos da força estadual com a força nacional. A Missão Instrutora do Exército, ocorrida em 1909, foi um treinamento ministrado por capitães do Exército aos integrantes da Brigada Militar e representou o início de uma aproximação entre as duas forças. A Missão Instrutora fomentou os investimentos bélicos na Brigada Militar, assim como a criação de seu quartel general e do hospital da Brigada (SILVA, 2014). Sobre os investimentos do governo do Estado no aperfeiçoamento bélico da Brigada, Karnikowski afirma:

---

<sup>3</sup>Expressão originada do latim que significa “último recurso”.

O fato é que a Brigada Militar nos primeiros decênios do século XX, tornara-se a mais bem treinada e poderosa força pública do país, juntamente com a milícia de São Paulo, muito em razão da Missão Instrutora que treinou a primeira e da Missão Francesa que instruiu a segunda. Para tanto, o Governo de Júlio de Castilhos investiu boa parte do orçamento do Estado na importação de materiais bélicos, como das mais modernas armas fabricadas na Europa, mormente, fuzis e pistolas Mauser da Alemanha e revólveres Colt e Smith & Wesson importados dos Estados Unidos. O armamento da Brigada Militar se comparava com o do Exército Nacional [...]. Mais tarde, a milícia obteve várias metralhadoras pesadas que, depois da Grande Guerra (1914-1918), tornou-se núcleo fundamental dos exércitos modernos, obrigatória em todas as unidades militares. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 150).

Além dos investimentos em armas, a Missão Instrutora do Exército também foi importante para o aperfeiçoamento do oficialato da Brigada Militar. Para Silva, “a BM preocupou-se em investir na formação de líderes de campo de batalha [...]. A Missão Instrutora sedimentou o *ethos militar*<sup>4</sup> do oficialato [...], o que reforça que a Brigada era, realmente, militar” (2014, p. 29, grifo do autor). Sobre a influência da Missão Instrutora na profissionalização da Brigada Militar, conforme Karnikowski, “a milícia gaúcha profissionalizou-se como força militar, treinada nos movimentos de guerra, destacadamente depois da chegada da Missão Instrutora do Exército, que provocou verdadeira revolução na [...] milícia gaúcha” (2010, p. 152). O exército, inclusive, se transformou em um modelo para a Brigada Militar. Ainda, segundo Karnikowski, a Brigada “tomou como modelo de sua organização o Exército Nacional dividido em corpos de batalhões e regimentos, o que [...] lhe dava uma característica profundamente militar, voltada para a atuação bélica e não de policiamento” (2010, p. 152).

A aproximação entre o Exército Nacional e as polícias militares estaduais era um desejo da União, que buscava transformar o exército em um modelo para as referidas forças, no intuito de mantê-las sob “controle”. Nesse sentido, de acordo com Ribeiro:

---

<sup>4</sup>Ethos pode ser entendido como os traços característicos de um determinado grupo, formadores de sua identidade social. No caso do ethos militar, são imprescindíveis o profissionalismo e a doutrina militar.

A União, que buscava adotar um modelo federativo, visa manter uma vinculação com as forças policiais que vinham sendo criadas nos Estados. Uma das formas de manter o vínculo das forças policiais estaduais com a União era através da intervenção do Exército e a adoção de modelos propostos por este. [...] Isso pode ser entendido como uma manobra de segurança para, de alguma maneira, manter laços com as forças militares dos estados. A União também implementa a Lei Federal nº 3216, de 3 de janeiro de 1917, que abre um caminho para a vinculação das polícias militares ao Exército Brasileiro, o que consolida as polícias militares dos estados como “forças auxiliares”. (RIBEIRO, 2013, b, p. 21, grifo do autor).

A década de 1910 representou uma contínua qualificação do efetivo da Brigada Militar, assim como da profissionalização militar. Nesse sentido, foi criado, sob o comando do coronel Affonso Emilio Massot (1917-1925), o Curso de Preparação Militar, voltado para a formação dos oficiais. O coronel Massot também instituiu as Escolas Regimentares, voltadas para o ensino de primeiro grau para os praças, principalmente cabos e soldados, e de segundo grau para os sargentos, pois ainda existiam muitos soldados analfabetos. Ainda, implementou a educação física para os militares e definiu a utilização de um campo militar para a realização de exercícios de guerra, além de conceder gratificação aos oficiais (KARNIKOWSKI, 2010).

Em 1923, após longos anos de relativa paz, eclodiu um novo confronto entre maragatos e chimangos. Dessa vez, o motivo do conflito foi a reeleição de Borges de Medeiros como governador do Estado, derrotando Assis Brasil. Os maragatos ou assististas acusavam a comissão apuradora de votos de fraude eleitoral, o que acabou resultando em uma revolta armada. A Brigada Militar, como exército estadual cuja missão era manter a ordem, mais uma vez foi acionada para sufocar as insurreições. No entanto, embora o governo do Estado tenha montado um grande aparato organizacional com a Brigada, não houve grandes embates e a revolução não teve as mesmas proporções e nem a mesma longevidade da Revolução Federalista de 1893 (SANTOS, 2014).

Contida a revolução estadual, a Brigada Militar ainda se envolveria, entre o final da década de 1920 e o início da seguinte, em outros conflitos de âmbito nacional, como a Coluna Prestes (1925-1927), a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. De acordo com Ribeiro, esse período ficaria conhecido como o “decênio histórico” da Brigada Militar.

No século XX, mais especificamente entre os anos de 1923 a 1932 a Brigada Militar entra em um momento histórico, que é conhecido como o “decênio histórico” ou como “Segundo Período Bélico”. Analisando os relatórios anuais do presidente da província da primeira República entre os anos de 1920 a 1930, conseguimos ter uma noção grande de porque nesse período a instituição Brigada Militar passa pelo conhecido “decênio histórico”, nas mensagens deixadas pelos então presidentes provinciais percebe-se a todo o momento uma exaltação e um grande orgulho destes sobre essa força, é comum nos relatórios aparecer as ações da Brigada Militar, bem como os investimentos feitos pelo governo na corporação nesse período. [...] No decorrer dos anos os relatórios quando fazem referência às tropas da Brigada Militar apontam uma série de investimentos em termos de estruturação, isso é percebido principalmente entre os relatórios dos anos de 1925 a 1929, anos que comportam o chamado “decênio histórico” ou “segundo período bélico”. (RIBEIRO, 2013, a, p. 14, grifos do autor).

A participação da Brigada Militar na Revolução de 1930 garantiu o sucesso do levante organizado pelos apoiadores de Getúlio Vargas. Isso porque a força gaúcha foi o principal braço armado dos insurretos e contribuiu para a deposição do presidente Washington Luís.

Com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, há, novamente, uma centralização do poder, tal qual a existente antes da República. Durante seu governo provisório (1930-1934), Vargas tenta obter um maior controle sobre as forças militares estaduais, visto que a força pública de São Paulo teve grande participação na Revolução Constitucionalista de 1932. Para Ribeiro, Vargas “buscou ter um melhor relacionamento com o Exército e as polícias frente às questões políticas. No mesmo sentido, buscou a renovação no quadro dos oficiais para melhorar as relações do governo com as forças militares” (2013, b, p. 23). Assim, a reforma da organização militar foi realizada sistematicamente sob as bênçãos de Vargas, a quem interessava um aliado confiável e sólido (CARVALHO, 2005).

Nesse sentido, é possível perceber que, a partir da Revolução Constitucionalista de 1932, o governo central se deu conta do perigo que as forças estaduais poderiam representar caso não estivessem sob controle. Segundo Karnikowski, “essa revolução permitiu a ascensão do exército regular sobre as forças públicas, tirando o caráter de tropa militar delas, e transferindo a totalidade dessas prerrogativas ao Exército Nacional” (2010, p. 197). A atuação da força pública paulista na referida revolução foi fundamental para que o governo Vargas propusesse mudanças no setor militar, pois, conforme Ribeiro:

Podemos compreender o porquê do começo da intervenção do governo federal para a desmobilização e centralização dos exércitos estaduais [...] que existiam nessa época. Após a intervenção federal e a retomada parcial do controle das polícias, a União busca se mobilizar para revitalizar essas instituições. (RIBEIRO, 2013, b, p. 23).

Em 1934, foi promulgada uma nova Constituição Federal, em substituição à de 1891. A nova carta magna instituiu, em seu artigo 167, que as forças públicas estaduais passariam a ser chamadas de “polícias militares” e seriam consideradas reservas do Exército, gozando das mesmas vantagens a este atribuídas. Segundo Karnikowski, a Brigada Militar foi afetada por essa nova disposição da seguinte forma: “devemos recordar que desde 24 de maio de 1917, a Brigada Militar passa a ser considerada como força auxiliar do Exército, condição que foi rebaixada na Constituição de 1934, para força de reserva” (2010, p. 198). Essa disposição visava controlar as forças estaduais, para que não se repetissem episódios como a Revolução Constitucionalista de 1932.

No ano seguinte, em 1935, foi promulgada uma nova Constituição Estadual no Rio Grande do Sul. O documento previa, no artigo 62, que cabia ao governador organizar a força militar do Estado, dentro da verba orçamentária destinada a esse serviço, assim como dispor, distribuir e mobilizá-la, a fim de manter a ordem pública. As duas novas constituições, federal e estadual, alteraram a organização das forças estaduais, conforme Karnikowski, no seguinte sentido:

Isso significava que praticamente todos os serviços policiais passavam a responsabilidade do Estado, a exceção das disposições previstas na Lei de Segurança Nacional de abril de 1935. Os municípios que tinham a responsabilidade pelo policiamento ostensivo perderam definitivamente essa atribuição. A Constituição de 1934 revogou a Constituição federalista e liberal de 1891. A despeito do seu formato muito mais social, ela era centralizadora e transferiu para a União a maioria dos poderes dos Estados. As forças militares estaduais foram, entre outras, as organizações mais afetadas por essa mudança que deveriam – dentro da designação de polícias militares pela Constituição – se adaptarem ao trabalho de policiamento. A Constituição de 1934 desencadeou o processo de *desbelicização* das milícias dos estados, atrelando-as como forças de segunda linha do Exército. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 199, grifo do autor).

Mesmo após as alterações provocadas pela Constituição de 1934, continuaram surgindo propostas no sentido de interferir nas forças estaduais, que passaram a ser chamadas de “polícias militares”. Assim, alguns oficiais do Exército, contando com o apoio de políticos, começaram a considerar mais vivamente a extinção ou a federalização das forças estaduais (KARNIKOWSKI, 2010). Nesse sentido, é possível perceber que as polícias militares estaduais, principalmente as do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, eram encaradas como um perigo à unidade nacional, em virtude de sua grande capacidade de mobilização e experiência bélica.

As referidas alterações provocaram uma profunda crise na polícia militar, que se viu relegada a realizar apenas a atividade policial. Para Karnikowski, “restavam às polícias militares somente dois caminhos: ou serem extintas ou realizarem policiamento ostensivo que estava destinada, conforme o estado, às guardas municipais, guardas civis ou à polícia administrativa” (2010, p. 200). Diante desse cenário, o comandante da Brigada Militar à época, coronel João de Deus Canabarro Cunha, editou um boletim no qual apontava para a nova realidade da corporação, ou seja, o policiamento do Estado.

Em 1937, os conturbados rumos políticos do país mais uma vez afetariam a Brigada Militar. Em outubro, Flores da Cunha, governador do Estado, renuncia ao cargo após diversos atritos com Getúlio Vargas, que via no governador um opositor a seus planos de permanecer no poder. Com o plano de enfraquecer Flores da Cunha, Vargas alterou o comando regional do Exército, colocando no cargo o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, e federalizou a Brigada Militar, para evitar que o governador a utilizasse como forma de resistência. Contrariado com as decisões do presidente, Flores da Cunha deixa o poder estadual, que passa a ser exercido por Daltro Filho, também nomeado interventor federal.

Em 1937, também seria promulgada uma nova constituição, que instituiu o Estado Novo e garantiu a permanência de Getúlio Vargas no poder. Para Ribeiro, o Estado Novo afetou as polícias militares da seguinte forma:

Com a consolidação do Estado Novo (1937-1945) e a aprovação da Constituição de 1937, iniciamos uma nova fase nas relações da polícia com o Estado, marcadas pelo centralismo do poder do governo federal sobre as competências das polícias militares. Na nova Constituição de 1937, vemos a afirmação de que as polícias militares são definidas como forças de reserva do Exército voltadas para a segurança interna e manutenção da ordem. A principal mudança que se apresenta a partir de 1937 refere-se à legislação e à organização das polícias, que passam a ser uma competência da União. A polícia no Estado Novo segue a sua função de ser um membro importante para a manutenção do sistema, pois é vista como uma instituição de relevante contribuição para o controle da sociedade. (RIBEIRO, 2013, b, p. 24).

Grande parte do efetivo da Brigada Militar gaúcha não concordou com as mudanças citadas anteriormente, pois os participantes do efetivo se consideravam integrantes de uma instituição militar, e não de um órgão policial. Além disso, a atividade policial era totalmente desconhecida para os membros da Brigada, que não possuíam o treinamento adequado e estavam habituados ao cotidiano dos quartéis, cuja realidade era muito distinta. De acordo com Karnikowski, os oficiais da Brigada acreditavam que “o policiamento era tido como uma atividade desprezível, voltada para prender vadios, bêbados, prostitutas, malandros, assaltantes, criminosos e infratores e demais enjeitados da sociedade” (2010, p. 203). Ainda, segundo Karnikowski, existiam outras razões para a Brigada Militar desprezar a atividade policial:

Embora o coronel João de Deus Canabarro Cunha colocasse em termos formais a nobreza e a importância dos serviços de policiamento, o corpo de oficiais, temperado na guerra e nas fainas bélicas, não pensava da mesma maneira. Para os oficiais a atividade de policiamento se não era desonrosa beirava a essa posição, onde estariam sob o peso da vergonha de uma atividade que “não trazia glória nenhuma”. Não era a profissão de polícia que incomodava, mas estar relegado a uma função secundária do sistema de policiamento. [...] o Ato nº 1.119/37 incumbiu a força gaúcha a auxiliar os órgãos de polícia na manutenção da segurança pública no Estado. Justamente esse papel ancilar, de submissão à Polícia Civil que constrangia o oficialato da Brigada Militar. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 202).

Apesar do desacordo de alguns integrantes, a Brigada Militar iniciou a atividade policial no interior do Estado ainda no ano de 1937, através dos destacamentos<sup>5</sup> policiais. Esses destacamentos policiais objetivavam o serviço

---

<sup>5</sup>No meio militar, o termo “destacamento” é usado para designar uma parte de uma determinada força separada de sua organização principal para cumprir uma missão em outra área, com efetivo, normalmente, reduzido e com organização variável, conforme a exigência da situação.

de policiamento em todo o Estado, atuando na função preventiva e, também, repressiva (KARNIKOWSKI, 2010). Nesse sentido, os referidos destacamentos policiais foram a primeira inserção efetiva da Brigada Militar na atividade de policiamento.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto e o general Eurico Gaspar Dutra chegou ao poder através do voto popular. No ano seguinte, 1946, o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição, que novamente trataria das funções da polícia militar. Para Ribeiro, “naquela Carta Constitucional, são mantidos os direitos da União de legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização” (2013, b, p. 25). Assim, é possível perceber que as Constituições de 1934, 1937 e 1946 atribuem à União a competência de legislar e organizar as forças policiais dos Estados, em uma aparente tentativa de centralizar o poder e controlá-las.

A década de 1950 representaria a fase de transição da Brigada Militar para o policiamento. De acordo com Karnikowski:

A certidão de nascimento da policialização da Brigada Militar é a Portaria nº 588, de 13 de dezembro de 1950, que expediu as instruções reguladoras da cooperação da Brigada Militar do Estado nos serviços de policiamento do município de Porto Alegre. [...] A Portaria nº 588/50 elencava quatro fatores fundamentais para estabelecer o policiamento civil da Brigada Militar: primeiro, eram os quadros insuficientes do Corpo da Guarda Civil, que carecia de grave falta de efetivo para a execução de policiamento nas ruas e logradouros de Porto Alegre; segundo, o crescente aumento da população e da intensificação do trânsito motorizado; sendo que esses dois fatores implicavam diretamente na elevação dos índices de criminalidade e das contravenções, [...] e por fim a consideração de que poderia ser atribuído à Brigada Militar, de acordo com a disposição do art. 223 da Constituição de 1947, o policiamento civil e outros encargos condignos. Essa Portaria instruiu a Brigada Militar a realizar o serviço de ronda e vigilância em determinados distritos de Porto Alegre no sentido de assegurar a ordem pública, as garantias individuais e zelar pela moral e os bons costumes, além de fiscalizar e regularizar o trânsito da capital gaúcha. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 277).

Durante toda a década de 1950, a Brigada Militar se manteria ocupada com a estruturação de suas funções policiais. Apenas em 1961, com a eclosão do Movimento da Legalidade, a Brigada ressurgiria como o exército estadual de 1892, criado para manter o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e seu líder máximo, Júlio de Castilhos, no controle do poder estadual.

## 2.2 Contexto histórico brasileiro em 1960/1961

Em escala mundial, o início dos anos 1960 refletiu a queda de braço entre capitalismo e socialismo, notadamente as tensões entre Estados Unidos e União Soviética. Para o Brasil, a década de 1960 também foi um período marcante, pois, após experimentar a democracia nos governos de Eurico Gaspar Dutra, no segundo governo Vargas e na era Juscelino Kubitschek, o país mergulharia em um período ditatorial decorrente, em parte, dos acontecimentos do breve governo Jânio Quadros e do descontentamento dos militares para com a figura de João Goulart. Ao final do governo Juscelino Kubitschek, a expectativa girava em torno de quem seria seu sucessor. Ainda no ano de 1959, ficou definido quem seriam os candidatos à presidência da república: Jânio Quadros, Ademar de Barros e Henrique Teixeira Lott.

Jânio Quadros se apresentava como o candidato ideal em virtude de sua meteórica ascensão política<sup>6</sup>, após ter ocupado o cargo de governador de São Paulo entre 1955 e 1959. No entanto, Jânio não contava com o apoio dos grandes partidos, tanto que se lançou candidato pelo inexpressivo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Além do PTN, ele também podia contar com o amparo de Carlos Lacerda, que convenceu a União Democrática Nacional (UDN) a apoiar Jânio, ao invés de lançar uma candidatura própria.

Os concorrentes de Jânio eram Ademar de Barros, ex-governador e prefeito de São Paulo à época, e o general Henrique Teixeira Lott. Ademar saiu candidato pelo Partido Social Progressista (PSP), ao passo que Lott foi o escolhido da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A chapa PSD-PTB também contava com João Goulart como candidato a vice-presidente, visto que, naquele período, os eleitores votavam separadamente para presidente e vice. Ademar de Barros e Henrique Teixeira Lott não puderam conter o carisma de Jânio Quadros, que se esforçava para manter uma imagem exibicionista e dramática que agradava o povo. Conhecidos os candidatos, era hora de iniciar a campanha.

---

<sup>6</sup>Jânio Quadros foi eleito, sucessivamente, para os cargos de vereador (1948), deputado estadual (1951), prefeito (1953) e governador (1955) do estado de São Paulo antes de disputar a presidência.

A atitude independente de Jânio trouxe vários empecilhos para sua base de apoio, principalmente para a UDN. Em fevereiro de 1960, o já candidato Jânio Quadros decidiu visitar Fidel Castro em Cuba e demonstrou simpatia com a recente experiência socialista da ilha, além de elogiar a reforma agrária empreendida por Castro e de defender o reatamento com a União Soviética, o reconhecimento da República Popular da China e a legalização do Partido Comunista (MARKUN; HAMILTON, 2011). Novamente candidato a vice<sup>7</sup>, João Goulart despontava como favorito e empolgava o eleitorado de Jânio, que via na aliança informal de ambos a receita para a vitória. Nesse sentido, os comitês Jan-Jan se espalharam Brasil afora e mobilizaram, majoritariamente, a classe operária.

A campanha presidencial de 1960 ficou marcada pelo favoritismo de Jânio Quadros e por seu carisma peculiar. Logo ficou claro que seu principal oponente seria o general Lott, que fazia uma campanha voltada para o nacionalismo. A própria figura de Jânio era uma atração à parte. Vendendo a imagem de um candidato popular, esforçava-se para ficar parecido com o público que desejava atingir. Nesse sentido, para Markun e Hamilton, “o visual era outra arma infalível: paletós escuros surrados e amassados, cabelos compridos, os ombros cheios de caspa, barba por fazer. Enfim, um homem do povo, jamais um representante da elite” (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 33). A estratégia utilizada por Jânio, de se colocar radicalmente contra a corrupção, se refletiu em sua campanha através do *slogan* “Jânio vem aí!” e do *jingle* “varre, varre vassourinha, varre a corrupção”, no qual afirmava que iria “varrer” toda a sujeira existente na administração pública.

Em outubro de 1960, 11,7 milhões de eleitores foram às urnas e escolheram Jânio Quadros para presidente e João Goulart, novamente, como vice. Jânio recebeu 48% dos votos, ao passo que Lott ficou em segundo lugar, com 28%, e Ademar recebeu 23%.

Jânio Quadros e João Goulart tomaram posse, em Brasília, em 31 de janeiro de 1961. Foi a primeira vez que a nova capital da República sediou a

---

<sup>7</sup>O trabalhista Jango já tinha, a essa época, uma sólida carreira política. Eleito deputado estadual e federal pelo Rio Grande do Sul em 1946 e 1951, ficou conhecido nacionalmente quando assumiu como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre 1953 e 1954. Seu próximo passo foi a disputa da vice-presidência, em 1955, ao lado de Juscelino Kubitschek. Os dois foram eleitos, com Jango recebendo mais votos do que JK.

posse de um presidente. Em seu discurso de posse, Jânio destacou a ineficiência do governo e a grave crise financeira em que o país se encontrava, resultado do gasto desenfreado do presidente anterior. De início, explicou que tentaria resgatar o equilíbrio econômico do país:

Como afirmei em numerosas paragens, do território da pátria, este será um governo rude e áspero; tais objetivos não têm sentido de ameaça, antes exprimem a franqueza de quem não mente aos seus concidadãos, porque não foge ao seu dever nem abdica das suas convicções. Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo estará comigo e consigo governará. (QUADROS, Jânio. Discurso de posse. 1961. Online. p. 1).

Insistindo na complicada situação financeira do país, Jânio (1961, p. 4) deixou claro que não dispensaria ajuda estrangeira. O combate à corrupção, foco de sua campanha, foi outro aspecto abordado no discurso de posse. Jânio finalizou o discurso apelando para o sentimento de unidade do povo e afirmando que, mesmo sob tempos difíceis, esperava contar com o apoio de todos para exercer a presidência com dignidade. Frisou também que cabia ao país se recuperar financeiramente para não precisar da “caridade internacional”.

Após a posse, iniciou-se a formação do ministério, constituído apenas por integrantes dos partidos de sua base de apoio. Os primeiros atos de Jânio como presidente foram no sentido de controlar a inflação e reformar o sistema cambial. Com essas medidas, segundo Skidmore, “houve um corte drástico nos subsídios a produtos essenciais de importação, como trigo e petróleo, dobrando com isso o preço do pão e aumentando bruscamente as tarifas de ônibus e outros custos de transporte” (2010, p. 235). No entanto, de acordo com Fausto:

As medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e pelo FMI. O Clube de Haia, constituído pelos credores europeus, assim como os americanos, reescalonaram a dívida brasileira em 1961. Novos empréstimos foram contraídos nos Estados Unidos, com o apoio do presidente Kennedy. Jânio era encarado como uma via para impedir que o maior país da América Latina escorregasse pelo caminho da instabilidade e do comunismo. (FAUSTO, 2015, p. 375).

Jânio teve êxito na renegociação da dívida externa brasileira, algo que Juscelino não havia conseguido. Apesar do sucesso na renegociação da dívida externa, internamente, os brasileiros já sentiam o peso dos novos tempos. A alta nos preços e no custo de vida deixava a população insatisfeita. A recuperação financeira do país não era a única preocupação de Jânio, que precisava fazer jus à campanha moralizadora que havia praticado. Assim, concentrou seus esforços em atacar a ineficiência do serviço público. O presidente também tentou “moralizar” o país através de matérias sem importância. De acordo com Markun e Hamilton:

Não contente, desfiou uma série de pequenas medidas destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral e que ficariam famosas: proibiu as rinhas de galos, as corridas de cavalo em dias úteis, os desfiles de misses com maiôs cavados e o uso dos lança-perfumes nos bailes de carnaval. (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 46).

No âmbito da política externa, Jânio Quadros decidiu adotar uma postura independente, não seguindo à risca a cartilha norte-americana. O objetivo era encontrar uma terceira via para o Brasil, que se via em meio ao confronto entre capitalismo e socialismo. O auge da fúria dos conservadores com Jânio se deu em 19 de agosto de 1961, quando o presidente condecorou Ernesto Che Guevara<sup>8</sup> com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria concedida pelo governo brasileiro (FAUSTO, 2015).

O relacionamento com o vice-presidente, João Goulart, era outro problema enfrentado por Jânio. De acordo com Braga, “os primeiros meses de governo de Jânio já mostravam que seria difícil sua convivência com Jango, representante de um partido de oposição” (BRAGA, 2004, p. 61). Ideologicamente, os dois tinham posições distintas, pois enquanto o PTB de Jango insistia em mudanças na política econômica, o presidente aceitou as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Eleito presidente com o apoio da UDN, Jânio mostrou-se fechado ao diálogo e incapaz de ser “controlado” pelo partido. Essa postura inflexível resultou em tensões com o Congresso, constituído majoritariamente por membros do PSD e do PTB, pois o presidente era incapaz de estabelecer

---

<sup>8</sup>Che Guevara veio ao Brasil após participar, em Punta del Este, da conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA) que discutiu o projeto da “Aliança para o progresso”.

negociações com o legislativo e estava governando sem uma base política de apoio. Em virtude disso, até mesmo Carlos Lacerda, o grande apoiador de Jânio ao tempo da campanha, passou para a oposição, não poupando o presidente de críticas. Recusando interferências partidárias, Jânio isolou-se no poder, o que o tornou alvo fácil para as críticas oposicionistas. Na noite de 24 de agosto, o governador da Guanabara denunciou, pelo rádio, o planejamento de um golpe orquestrado pelo Ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, com o consentimento do presidente. Segundo Lacerda, Pedroso Horta o havia convidado a participar do golpe. O Ministro da Justiça imediatamente negou as acusações de Lacerda, mas o estrago já estava feito (MARKUN; HAMILTON, 2011).

No dia seguinte, 25 de agosto, após participar das festividades alusivas ao Dia do Soldado, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, pegando o país todo de surpresa. Apesar disso, o Congresso Nacional aceitou imediatamente a decisão de Jânio, que divulgou uma carta-renúncia breve e obscura sobre os reais motivos de sua decisão após apenas sete meses de governo. Na carta, alega que “forças terríveis” se levantam contra ele e que deixa o governo após ser vencido pela reação. Após comunicar sua decisão ao Congresso, Jânio partiu para São Paulo, onde recebeu um apelo de reconsideração dos governadores de São Paulo e Minas Gerais (FAUSTO, 2015). Afora isso, não ocorreram outras manifestações no sentido de seu retorno à presidência. Independente dos motivos que levaram Jânio a renunciar, seu ato daria início a uma acirrada disputa pelo poder que resultaria no Movimento da Legalidade.

Em vista do que foi apresentado, é possível depreender que o ano de 1961 foi um período atípico na história do Brasil, no qual um presidente identificado com o povo renunciou sem dar maiores explicações e colocou a nação em crise. Por outro lado, percebe-se que as forças estaduais não tinham o mesmo prestígio da época de sua criação e precisavam se adaptar a novas funções, em especial o policiamento. A renúncia de Jânio Quadros, um ato completamente inesperado, seria o gatilho para a ocorrência do Movimento da

Legalidade. A campanha, tema central deste trabalho, projetaria Leonel Brizola<sup>9</sup> nacionalmente. O capítulo seguinte explorará esse assunto.

---

<sup>9</sup>Leonel Brizola filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1945 e elegeu-se deputado estadual no Rio Grande do Sul em 1947. Em 1950, Brizola foi reeleito deputado estadual, cargo que exerceu por apenas um ano e abandonou para assumir a Secretaria Estadual de Obras no governo de Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas. Em 1955, chegou à Prefeitura de Porto Alegre, cargo que ocupou até assumir o governo do Estado, em março de 1959.

### 3 O MOVIMENTO DA LEGALIDADE

Efetivada a renúncia de Jânio Quadros, o movimento natural seria a posse de seu vice, João Goulart. Entretanto, não foi o que aconteceu. Em 25 de agosto, data da renúncia, João Goulart se encontrava em Cingapura, retornando da viagem iniciada no fim de julho que teve como destino a União Soviética e a China comunista. O objetivo da viagem era aumentar os mercados consumidores dos produtos brasileiros, tendo Jango como chefe da missão. Além disso, a visita à China também serviu para aumentar a desconfiança dos conservadores e militares no tocante às “predileções” comunistas do vice-presidente.

Ainda, no dia 25, antes de embarcar para São Paulo, Jânio Quadros reuniu os ministros militares Odílio Denys, da Guerra, Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, e Sílvio Heck, da Marinha, para comunicar sua decisão. Segundo Jorge Ferreira,

o general Odílio Denys pediu: “Diga o que é preciso para Vossa Excelência continuar. Nós o faremos”. Jânio, firme em sua posição, abraçou os três ministros e aconselhou: “Com este Congresso não posso governar. Formem uma junta”. Foi o que eles fizeram. (FERREIRA, 2011, p. 228, grifos do autor).

Naquela tarde, de forma extraordinária, foi aberta a sessão do Congresso Nacional. Em virtude da ausência de Jango, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a presidência de forma provisória. Em Porto Alegre, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, foi pego de surpresa com a notícia da renúncia de Jânio Quadros. De imediato, procurou saber se o presidente havia sido deposto pelos militares ou se a renúncia havia sido voluntária.

Caso Jânio tivesse sido retirado do cargo, era intenção de Brizola convidá-lo a resistir, visto que o presidente tinha uma viagem marcada para a capital do Estado ainda naquela semana (GUIMARAENS, 2011). No entanto, o governador logo ficou sabendo que a decisão de renunciar havia partido do próprio Jânio. Imediatamente, então, Brizola se lançou ao telefone em busca de maiores detalhes e tomou conhecimento dos rumores de que os ministros militares não aceitariam a posse de Jango. Ao final da tarde, o governador

estabeleceu contato com o Ministro da Justiça, Pedroso Horta, que lhe comunicou oficialmente a renúncia.

Não convencido, Brizola apelou para seus contatos no meio militar e conseguiu falar com o gaúcho Arthur da Costa e Silva, comandante do 4º Exército. Entretanto, seus argumentos não convenceram o general a “optar” pela via constitucional e apoiar a posse de João Goulart. Na sequência, contactou o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre. Brizola lhe informou que pretendia resistir a qualquer tentativa de golpe, pois a Constituição determinava a posse de Jango. Segundo Markun e Hamilton, Brizola “perguntou qual a posição de Machado Lopes. Num tom de voz mais frio, o general encerrou a conversa: ‘Governador, [...] sou soldado e fico com o Exército’” (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 168).

Em Cingapura, a notícia da renúncia pegou toda a comitiva brasileira de surpresa. No meio da madrugada do dia 26 de agosto, Jango foi acordado com a notícia de que Jânio Quadros havia renunciado e que ele era o novo presidente do Brasil. Nesse mesmo dia, a comitiva brasileira partiu para Paris, onde Jango foi contactado por alguns correligionários como o deputado San Thiago Dantas, vice-presidente de seu partido, que lhe informou sobre o veto dos ministros militares e que o Congresso estava em busca de uma saída política (MARKUN; HAMILTON, 2011).

Na manhã do dia 26, sábado, o Brasil acordou com a divulgação de um manifesto assinado por Henrique Teixeira Lott, o marechal do Exército derrotado por Jânio Quadros nas eleições do ano anterior. Detentor de grande prestígio político, Lott distribuía, na noite anterior, um manifesto à Nação no qual afirmava o seguinte:

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr. Ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de sua função e, ainda, de detê-lo no momento em que pise em território nacional. Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele iminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho compromissos de honra com a minha classe, com a minha pátria e com as instituições democráticas e constitucionais. E por isso sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação. Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas no país, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e intelectuais, os operários e o povo em geral para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria. (LOTT, Henrique Teixeira *apud* MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 138).

Ainda naquela manhã, após tomar conhecimento do manifesto, Leonel Brizola entrou em contato com Lott e lhe informou que o Rio Grande do Sul estava preparado para resistir ao golpe orquestrado pelos ministros militares. O general aconselhou Brizola a procurar dois oficiais de sua confiança, os generais Peri Bevilacqua e Oromar Osório, instalados em quartéis do interior gaúcho. Do lado de fora do Palácio Piratini, aconteciam manifestações populares reivindicando o retorno e a posse de João Goulart.

Seguindo a orientação de Lott, Brizola entrou em contato com os militares comandantes das tropas de Santa Maria e Santiago do Boqueirão, que rapidamente expressaram seu apoio ao governador. Para Ferreira, foi a partir desse momento que teve início o Movimento da Legalidade, visto que “com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul e o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade” (2011, p. 231).

O domingo, dia 27 de agosto, se iniciou de maneira intensa. Às três horas da manhã, Brizola fez um pronunciamento via rádio no qual denunciava a tentativa de golpe e afirmava que pretendia resistir. Até aquele momento, todas as rádios funcionavam normalmente e transmitiram o discurso do governador. Até o final do dia, no entanto, a situação já não seria a mesma. Após o pronunciamento, Brizola requisitou todo o armamento da Brigada Militar para se proteger de uma eventual represália por parte das Forças Armadas. No final da manhã, Brizola recebeu uma ligação de Jango, que naquele momento se

encontrava em Zurique, a caminho de Paris. Em busca de informações, Jango achou por bem ligar para o cunhado<sup>10</sup> e, segundo Ferreira:

Soube das declarações de Odílio Denys, inclusive da sua ameaça de prisão se retornasse ao Brasil. Mesmo assim, alegou que estava pronto para regressar. O governador gaúcho, então, aconselhou: “Escolhe o local onde desejar descer e não traz sequer um revólver, porque tua força é o Direito, a Legalidade e a Constituição”. (FERREIRA, 2011, p. 231, grifo do autor).

Durante o dia, as rádios Gaúcha, Farrroupilha e Difusora foram suspensas, por ordem do Ministério da Guerra, por 24 horas, em virtude de terem transmitido, na madrugada anterior, os manifestos do marechal Lott e de Brizola. A Rádio Guaíba, umas das principais emissoras da capital gaúcha, foi a única que se manteve no ar, pois se recusou a transmitir o manifesto de Lott. Foi diante desse cenário que Brizola solicitou a utilização da Rádio Guaíba e, rapidamente, o porão do Palácio Piratini foi transformado em um estúdio de rádio. Os transmissores da rádio, localizados na Ilha da Pintada<sup>11</sup>, passaram a ser vigiados por 200 soldados da Brigada Militar. Segundo Ferreira, “criou-se, desse modo, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, que centralizava as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior” (FERREIRA, 2011, p. 235). A primeira transmissão de Brizola na Cadeia da Legalidade se deu da seguinte forma, conforme Guimaraens:

O pronunciamento segue três linhas básicas: informa a população sobre a gravidade do momento político, faz a defesa da Constituição e manifesta confiança de que o comando do III Exército ficará ao lado da Legalidade. Quando encerra o discurso, por volta das 3 da tarde, centenas de estudantes e operários promovem passeatas pelas ruas centrais da cidade para mobilizar a população. (GUIMARAENS, 2011, p. 76).

---

<sup>10</sup>Herdeiros políticos de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola estabeleceram, ao longo dos anos, não apenas um coleguismo partidário, mas um relacionamento pessoal. Brizola e Neuza Goulart, irmã de Jango, se conheceram na casa de Espártaco, irmão de Getúlio Vargas, e começaram a namorar. O casamento de Leonel Brizola e Neuza Goulart aconteceu em março de 1950. A partir daquele momento, a relação entre Brizola e João Goulart deixou de ser profissional e tornou-se familiar.

<sup>11</sup>A Ilha da Pintada é uma das ilhas brasileiras integrantes do Parque Estadual Delta do Jacuí, conjunto hidrográfico composto por 16 ilhas, canais e pântanos, e se localiza em Porto Alegre.

Nas ruas de Porto Alegre, mais precisamente no Mata-Borrão, sede do Comitê de Resistência Democrática, tem início o alistamento de voluntários. Conforme Markun e Hamilton:

As inscrições chegavam à casa dos 40 mil. Gente disposta a pegar em armas, trabalhar de graça, doar sangue pela Legalidade. Um pequeno jornal chamado Resistência fornecia toda a orientação para a multiplicação dos comitês, que se espalharam por todo o Estado. (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 205).

Também na tarde daquele domingo, 27 de agosto, o funcionário dos Correios e Telégrafos, João Carlos Guaragna, fez uma descoberta assustadora. Radioamador nas horas vagas, João Carlos calibrava um receptor quando percebeu uma troca de mensagens em Código Morse, pouco comum para aquele tipo de aparelho. O radioamador, então, interceptou mensagens trocadas entre o III Exército e o general Orlando Geisel, em Brasília. Logo verificou-se que existia a possibilidade de um ataque. Mesmo com a continuidade das mensagens, João Carlos abandonou a interceptação e, no meio da noite, se dirigiu ao Palácio Piratini. Em frente à sede do poder estadual, em meio às manifestações populares, João localizou Hamilton Chaves, assessor de imprensa de Brizola, e lhe entregou os papéis que continham as mensagens trocadas entre o III Exército e a cúpula militar. O que se seguiu foi uma mistura de medo e confusão (MARKUN; HAMILTON, 2011).

A madrugada de segunda-feira, 28 de agosto, foi tensa, mas os tanques do Exército não chegaram à Praça da Matriz. Todavia, continuavam chegando ao Palácio Piratini notícias preocupantes. De acordo com Guimaraens, “a mais grave é trazida pelo jornalista Dilamar Machado. Aviões da Base Aérea de Canoas munidos de explosivos estariam prontos para decolar” (GUIMARAENS, 2011, p. 79). A confirmação chega mais tarde naquela manhã, quando o governo estadual intercepta ordens do general Orlando Geisel ao III Exército. Com a descoberta dessa mensagem, o general Machado Lopes, comandante do III Exército, havia determinado o confisco dos cristais de transmissão da Cadeia da Legalidade, localizados na Ilha da Pintada. Entretanto, o general se viu em uma situação desconfortável, pois, enquanto parte da cúpula militar o pressionava a obedecer às ordens superiores, vários oficiais defendiam a Legalidade. Em uma decisão surpreendente, o general mandou suspender o confisco dos transmissores e enviou um comunicado a Orlando Geisel

afirmando que o III Exército não cumpriria as ordens recebidas por não encontrar amparo legal para tanto. Em seguida, o general solicitou um encontro com o governador, no Palácio Piratini (FERREIRA, 2011).

Antes do encontro com Machado Lopes, do qual não sabia se sairia preso ou deposto, Leonel Brizola fez o mais impactante discurso daqueles tensos dias de agosto de 1961. Do lado de fora do Palácio Piratini, uma multidão de pessoas esperava por notícias. Posicionado no estúdio improvisado nos porões do Palácio Piratini, Brizola iniciou seu discurso:

Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. [...] Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, nesse Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada. O certo porém é que não será silenciada sem balas. [...] Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória. [...] Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo! (BRIZOLA, Leonel *apud* FELIZARDO, 1991, p. 39).

O discurso de Brizola foi ouvido muito além de Porto Alegre, através da transmissão realizada pela Cadeia da Legalidade. Na capital, mais pessoas se mobilizaram em frente ao Palácio Piratini para esperar o general Machado Lopes. Nos aeroportos Brasil afora, os aviões que chegavam do exterior eram vasculhados por tropas militares em busca de Goulart, no intuito de prendê-lo. As comunicações no Piratini eram monitoradas e todas as suas conversas sofriam interceptações (FERREIRA, 2011).

Após o emocionado discurso, o general Machado Lopes se dirigiu ao Palácio e foi recebido pelo governador e pelo Comandante da Brigada Militar, Diomário Moojen, além de outros assessores. Sem saber que posição o general tomaria, a intenção de Brizola era prendê-lo, assim como seus comandados. Entretanto, o comandante do III Exército pegou o governador de surpresa. Segundo Guimaraens, o general disse:

“Governador, os oficiais do III Exército decidiram, por maioria de votos, que só aceitam solução para a crise dentro da Constituição, por conseguinte, com a posse do vice-presidente eleito João Goulart”. O general só faz uma exigência: “que as forças da Brigada Militar passem para o comando do III Exército”. (GUIMARAENS, 2011, p. 81, grifos do autor).

Finda a reunião, anunciou-se pelos alto-falantes do Palácio Piratini a adesão do III Exército à Legalidade. Aos poucos, Jango recebeu notícias mais precisas sobre a situação brasileira de que uma guerra civil se aproximava e de que a situação era grave, mas deixou claro que cabia ao Congresso Nacional decidir por sua posse ou *impeachment* e que respeitaria a decisão. De Juscelino Kubistchek, Jango recebeu a sugestão de implantação do parlamentarismo. Naquela tarde de segunda-feira, 28 de agosto, a Câmara dos Deputados votou o pedido de *impeachment* de João Goulart, recusado por 300 votos contra 12. A posição tomada pelo III Exército parece ter convencido a ampla maioria dos deputados a votar contra o impedimento de Jango. Nesse mesmo dia, Brizola recebeu o apoio dos governadores de Goiás, Mauro Borges Teixeira, e do Paraná, Nei Braga (FERREIRA, 2011).

Na terça-feira, 29 de agosto, João Goulart deixou Paris rumo à Nova York. Era seu desejo regressar ao Brasil, mas, como sabia do ambiente tenso em Brasília, achou por bem optar por caminhos mais longos. Foi a partir desse dia que se tornou claro o racha nas Forças Armadas. De um lado, estavam os ministros militares e todo seu “poder de fogo”; do outro, um “subversivo” comandante do III Exército, José Machado Lopes, e alguns poucos apoiadores, mas contando com um encorpado efetivo. Nesse dia, inclusive, o general Machado Lopes recebeu uma convocação do ministro da Guerra, Odílio Denys, para que se apresentasse em Brasília. Ciente de que seria preso se cumprisse a determinação, decidiu não mais acatar às ordens do ministro da Guerra. Para Ferreira (2011), foi a partir da adesão de Machado Lopes que o Movimento da Legalidade passou a contar com mais apoiadores.

O dia 29 foi agitado nas ruas de Porto Alegre, nas quais se multiplicavam os comitês de resistência. A pedido do próprio Brizola, o Comitê de Artistas e Intelectuais criou um hino para o movimento. Com música de Paulo César Pereio e letra da poetisa Lara de Lemos, o Hino da Legalidade diz o seguinte: “Avante brasileiros de pé / Unidos pela liberdade / Marchemos

todos juntos de pé / Com a bandeira que prega a igualdade / Protesta contra o tirano / Se recusa a traição / Que um povo só é bem grande / Se for livre como a Nação”.

A quarta-feira, dia 30 de agosto, seria mais dramática, pois, pela primeira vez, os ministros militares tornariam pública sua intenção de barrar a posse de João Goulart. Em nota assinada por Odílio Denys, Sylvio Heck e Gabriel Grun Moss, fica evidente que os ministros consideravam Jango despreparado e motivado por ideologias comunistas. Em Brasília, os congressistas discutiam uma saída para a crise. A adoção do parlamentarismo começa a ganhar força, articulada pelo deputado Tancredo Neves. Com o objetivo de retornar ao Brasil por um caminho “seguro”, João Goulart deixou Nova York rumo à América do Sul (FERREIRA, 2011).

Jango desembarcou em Montevideú, onde concedeu entrevistas ainda no aeroporto e elogiou a atitude do general Machado Lopes. Ciente de que a adoção do parlamentarismo tinha arrebanhado uma porção de apoiadores, coube a Ranieri Mazzilli enviar Tancredo Neves à capital uruguaia para convencer Jango a concordar com a “saída política” para a crise. A ida de Tancredo Neves ir a Montevideú parecia indicar que a crise estava próxima de ser resolvida. No entanto, no Brasil, o ambiente continuava tenso. Ao passo que as ações militares pareciam indicar derramamento de sangue, a mobilização popular se tornava mais intensa. Em todo o país estouravam greves de trabalhadores com o intuito de garantir a posse de João Goulart (FERREIRA, 2011).

Em Goiânia, o governador Mauro Borges, apoiador declarado de Brizola, tomava providências para receber o avião que traria João Goulart de volta ao Brasil, caso decidisse pousar em um ponto próximo de Brasília. No dia 1º de setembro, em Montevideú, Tancredo Neves iniciou sua missão de convencer João Goulart a aceitar o parlamentarismo. A reunião durou todo o dia. Para Ferreira, Tancredo Neves convenceu João Goulart da seguinte forma:

Segundo Tancredo, a conversa foi difícil, por causa da resistência de Jango em ver seus poderes diminuídos com a emenda do parlamentarismo. O político mineiro argumentou que ele poderia chegar à presidência da República no regime parlamentar ou, com todos os seus poderes, mas com as botas manchadas de sangue. “Isso nunca”, retrucou. “Se eu tiver de derramar sangue brasileiro, renuncio à presidência agora mesmo”. [...] Tancredo insistiu na ameaça de guerra civil e, após ler a emenda parlamentarista, demonstrou que suas atribuições não seriam tão diminuídas como ele pensava. Foi o quadro de uma guerra com muitas mortes que dobrou a resistência de Jango. (FERREIRA, 2011, p. 251, grifos do autor).

Após a reunião, Tancredo e Jango concederam entrevistas aos jornalistas presentes, mas não forneceram maiores detalhes sobre o que havia sido decidido. Em seguida, João Goulart embarcou para Porto Alegre. Naquela madrugada, o Congresso Nacional aprovou a emenda sobre a adoção do parlamentarismo por 233 votos contra 55. Chegando à capital gaúcha, Jango foi recebido por Brizola e pelo general Machado Lopes, além de um grande número de assessores. Da sacada do Palácio, acompanhado de Brizola e do comandante do III Exército, Jango apenas acenou para a população. Do lado de fora, circulavam rumores de que João Goulart teria aceitado o parlamentarismo. A população ainda não havia tomado conhecimento de que a emenda parlamentarista já estava aprovada. Em virtude disso, um clima de frustração e revolta tomou conta das pessoas presentes em frente ao Palácio Piratini. Ciente do descontentamento da população e da imprensa, Jango redigiu um manifesto à Nação, transmitido pela Cadeia da Legalidade, no qual pedia apoio e não mencionava a mudança no regime político (GUIMARAENS, 2011).

João Goulart tentou convencer um contrariado<sup>12</sup> Brizola de que não poderiam iniciar uma guerra civil, que era melhor assumir com o parlamentarismo e, depois, tentar alterar o regime novamente. Ao governador restou acatar a decisão do cunhado. Durante o dia dois de setembro, prosseguiram as manifestações populares em frente ao Palácio Piratini. Quando a população tomou conhecimento da aprovação da emenda parlamentarista, o sentimento de decepção foi geral. No domingo, dia três de setembro, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, a

---

<sup>12</sup>Apesar de terem trajetórias políticas parecidas, as personalidades de Leonel Brizola e João Goulart eram completamente diferentes. Enquanto Jango mantinha uma postura calma e conciliadora, sempre evitando o conflito, Brizola era, nas palavras de Juremir Machado da Silva, “intrépido, irrequieto, espírito de fogo” (2013, p. 11).

emenda parlamentarista foi promulgada pelo presidente do Congresso, senador Auro Moura Andrade, e a viagem de João Goulart para Brasília ficou marcada para o dia seguinte, quatro de setembro (MARKUN; HAMILTON, 2011).

O dia cinco, inicialmente marcado para a posse de João Goulart, começou sob forte tensão. Ninguém sabia ao certo o horário da chegada do avião presidencial. O vôo de Jango atrasou várias horas e só pousou em Brasília às 20 horas. Ao desembarcar na capital federal, João Goulart se viu cercado por forte aparato militar e foi recebido por Ranieri Mazzilli, Auro Moura Andrade e Ernesto Geisel, com quem embarcou no carro que os levaria ao Congresso. Dentro do carro, foi questionado por Mazzilli sobre o horário de sua posse, no dia seguinte. Para surpresa do deputado, Jango disse que só tomaria posse no dia sete, dali a dois dias. No dia sete, perante o Congresso Nacional e com o apoio das principais lideranças políticas, João Belchior Marques Goulart tomou posse como presidente do Brasil (TAVARES, 2013).

Apesar do grande público que acompanhou a posse, uma pessoa em especial se fez ausente. Naquele dia, Brizola se encontrava em São Borja, terra natal de Jango. Visitou o túmulo de Getúlio Vargas e, após os festejos do Dia da Independência, participou de um churrasco com um grupo de voluntários do Comitê de Resistência Democrática da cidade (MARKUN; HAMILTON, 2011).

## **4 O PAPEL DA BRIGADA MILITAR NO MOVIMENTO DA LEGALIDADE**

Com o intuito de abordar a participação da Brigada Militar no Movimento da Legalidade, este capítulo está dividido em três partes: inicialmente, é dada ênfase à situação em que a corporação se encontrava no início da década de 1960. Na sequência, é feito um levantamento sobre a participação da Brigada em outros conflitos e de que forma essa se posicionou. Por fim, são apresentados elementos que demonstram a efetiva participação da Brigada Militar na Legalidade, contribuindo para o êxito do movimento organizado por Leonel Brizola.

Em 1960, a Brigada Militar passava por um processo de adaptação às atividades policiais, função que começou a desempenhar ao final da década de 1930 e que desagradou grande parte de seu oficialato, afeito e treinado para as atividades bélicas. Foi nesse contexto que eclodiu o Movimento da Legalidade, cujo objetivo era garantir o direito constitucional de João Goulart à presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Durante aqueles tumultuados dias de agosto de 1961, a Brigada Militar desempenhou diversas funções e se manteve leal a seus princípios de manter a ordem estadual e de apoiar o governador do Estado Leonel Brizola.

### **4.1 A Brigada Militar em 1961**

O período compreendido entre os anos de 1946 e 1964, nacionalmente, ficou caracterizado pelo bom funcionamento das instituições democráticas, notadamente nas eleições presidenciais, e pela ausência de revoltas de grande expressão pelo país. No Rio Grande do Sul, restou à Brigada Militar, durante a década de 1950, adaptar-se à sua nova realidade de força policial do Estado do Rio Grande do Sul após ter sido rebaixada à condição de força de reserva do Exército pela Constituição Federal de 1934. Nessa Constituição, em seu artigo 167, determinou-se que as forças públicas estaduais passariam a se chamar “polícias militares” e que, daquele momento em diante, seriam consideradas forças de reserva do Exército Nacional.

A determinação de 1934 foi ratificada nas duas Constituições Federais seguintes, de 1937 e 1946. Na Constituição do Rio Grande do Sul, consta que “a Brigada Militar, instituída para segurança interna e manutenção da ordem no

Estado, e organizada com base na hierarquia e disciplina, é considerada força auxiliar e reserva do Exército Nacional, nos termos da Constituição da República” (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1947, art. 221). Então, a Constituição Estadual de 1947 retirou uma atribuição exclusiva do governador do Estado, garantida na Carta de 1935, que era: “são atribuições privativas do Governador: [...] organizar a força militar do Estado, [...] dispor da mesma, distribuí-la e mobilizá-la, conforme o exigirem a ordem e a segurança públicas” (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1947, art. 62). Entretanto, mesmo sem a garantia legal, a Brigada Militar continuou respondendo à autoridade do governador do Estado e a esse se subordinando, como tradicionalmente sempre fez desde sua criação, em 1892. De acordo com Karnikowski, a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição Estadual de 1947 discutiu a situação da Brigada, tendo opiniões divergentes.

Uma grande parte dos Constituintes argumentavam que a Brigada Militar devia ser extinta ou federalizada como tropa do Exército e portanto mantida pela União, porque afeita aos desígnios da guerra, ela não se adaptaria aos serviços de policiamento. Uma outra parte dos Constituintes, entre os quais o jovem Leonel Brizola, lutavam por transformar a Brigada Militar em uma organização exclusivamente de polícia, conduzindo-a para uma realidade menos bélica-militar, embora a federalização fosse a ideia prevalente em grande parte da Assembleia Constituinte. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 261).

Apesar desse debate, a Brigada se tornou um órgão policial, o que desagradou uma parte do efetivo. O ano de 1950 marca o início da dedicação da Brigada Militar à atividade de policiamento, pois, segundo Hélio Moro Mariante, “eis que atinge, finalmente, a Brigada Militar a fase verdadeiramente policial-militar. Seus efetivos, agora, passam a ser empregados, exclusiva e integralmente, no serviço policial [...]” (1972, p. 219). Foi em 1950 que a Brigada passou a se dedicar exclusivamente ao policiamento, mas a corporação já vinha desempenhando funções policiais desde 1937, quando de sua federalização. Ainda de acordo com Mariante, as resistências internas só foram vencidas:

Através de um constante e eficaz trabalho de persuasão junto aos mais arraigados à ideia anti-policial, a pouco-e-pouco foi a oficialidade, principalmente aqueles que se estavam iniciando na carreira, conscientizando-se da vera finalidade das Polícias Militares que, sem perder a característica militar prestam, efetivamente, à sociedade a que pertencem, os reais e benéficos serviços de que esta tanto necessita. (MARIANTE, 1972, p. 187).

É importante ressaltar que o discurso de Mariente, ex-integrante da Brigada Militar, tende a exaltar as virtudes da corporação e não a analisar essa de forma crítica. Isso significa que seus relatos devem ser encarados de forma cautelosa.

Em 1955, sob o comando do coronel Ildelfonso Pereira de Albuquerque, foi instituído, na Brigada Militar, o sistema de policiamento em duplas, popularmente conhecido como “Pedro e Paulo”. Em janeiro de 1960, com o Estado do Rio Grande do Sul sob a liderança de Leonel Brizola, o coronel Diomário Moojen passou a comandar a Brigada e promoveu a disseminação do policiamento em duplas “Pedro e Paulo” no interior do Estado, abrangendo municípios como Montenegro, Vacaria, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Bento Gonçalves, Lagoa Vermelha e Livramento (MARIANTE, 1972). Mesmo passados dez anos do início da dedicação exclusiva da função policial pela Brigada, ainda era possível encontrar resistências a essa atividade dentro da corporação, pois, para Karnikowski:

No início da década de 1960, a Brigada Militar, no sentido da legislação, tinha avançado na policialização, principalmente, em razão do Decreto nº 7.755, de 10 de abril de 1957, que regulamentava os serviços de policiamento dos destacamentos da Brigada Militar. A atividade de polícia começava a se constituir uma realidade dentro da milícia gaúcha, por meio dos destacamentos que realizavam esse tipo de serviço no interior do Estado e, inicialmente, em Porto Alegre com a Companhia Pedro e Paulo. Mas por outro lado, a resistência do oficialato em aceitar essa nova realidade era muito grande. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 350).

Ribeiro concorda quando afirma que “um novo processo de mudança ocorre a partir do ano de 1961, quando, novamente, a Brigada Militar passa por um processo de renovação, extinguindo alguns batalhões e substituindo outros, na tentativa de modernizar e qualificar o trabalho” (2013, a, p. 17). Foi nesse cenário de transição e adaptação da Brigada que eclodiu o Movimento da Legalidade, em agosto de 1961.

Leonel Brizola, governador do Estado, quando informado da renúncia de Jânio Quadros, colocou a Brigada Militar de sobreaviso até a confirmação da notícia. Confirmada a renúncia do presidente, restou ao governador colocar o efetivo da Brigada de prontidão, pois já existiam indícios de que a posse do vice-presidente João Goulart seria vetada pela cúpula militar. O comandante Diomário Moojen pôs a Brigada Militar à disposição do governador de imediato. Em entrevista concedida ao jornalista Sérgio Quintana e parte integrante do livro “Legalidade 25 anos”, Emílio Pedro Neme, sub-chefe da Casa Militar do Palácio Piratini à época dos acontecimentos, afirma:

Os primeiros a se colocarem ao lado de Brizola foram os seus oficiais da Casa Militar [...]. O comandante geral da Brigada Militar, coronel Diomário Moojen, logo se mostrou solidário ao Governador, colocando-se à sua disposição. Ele convocou todos os tenente-coronéis comandantes de Batalhões, Regimentos e Unidades de Serviço para saber se estavam ao lado dos Ministros militares e contra o governador Leonel Brizola que comandava o Movimento da Legalidade. E a resposta de todos foi unânime pela Legalidade. (NEME, Emilio Pedro *apud* GUIMARAENS, 1986, p. 136).

Assim, é possível depreender que, mesmo realizando atividades policiais, internamente, a Brigada Militar ainda se considerava uma força bélica. Nesse sentido, segundo Karnikowski, em 1961, “a milícia do Rio Grande do Sul foi usada, efetivamente, como exército estadual pela última vez [...]. Os acontecimentos da Legalidade demonstraram que a Brigada Militar continuava a representar uma ameaça terrível contra o governo nacional” (2010, p. 367).

#### **4.2 Brigada Militar: mantenedora da ordem estadual e subordinada ao governador**

A imediata adesão da Brigada Militar ao Movimento da Legalidade demonstra o sentimento de lealdade da corporação para com o governador do Estado, a quem essa se encontrava subordinada desde sua criação, em 1892. Nem o fato de ser considerada uma força de reserva do Exército demoveu a força estadual gaúcha de atuar ao lado do governador em defesa da posse de João Goulart. A posição da Brigada é reiterada por Antonio Silveira da Silva quando afirma que “estava ali a Brigada Militar em consonância com sua história e, encastelada em inarredável fidelidade ao governador do Estado, seu chefe supremo, disposta a secundá-lo e apoiá-lo em sua temerária empreitada”

(1989, p. 22). Os relatos do referido autor também devem ser analisados com cautela, visto que ele participou da Legalidade como integrante da Brigada Militar e pode, facilmente, descrever os fatos com exacerbada comoção. Segundo Karnikowski:

A Brigada Militar se encontrava no tempo do Movimento da Legalidade em um dos mais agudos ângulos do seu processo de policialização, onde era intenso o conflito entre os valores bélico-militares e as novas ideias de polícia que cada vez mais sedimentavam a milícia do Rio Grande do Sul. [...] Ainda que a Brigada Militar tivesse avançado significativamente na policialização, a sua inserção no Movimento da Legalidade demonstrou para a maior parte dos seus oficiais que ela continuava como força bélico-militar. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 367).

A adesão da Brigada Militar ao Movimento da Legalidade não deixa de ser uma decisão política. Nesse caso, a decisão foi tomada pelo comandante, coronel Diomário Moojen. Ribeiro disserta sobre a atuação política das polícias militares quando afirma:

Ao analisarmos as relações de poder das polícias militares, podemos perceber que este órgão do Estado, que opera com o monopólio do uso da força para legitimar o mesmo, cria uma grande conexão de suas ações para com o sistema que está sendo representado, mesmo que por muitas vezes as polícias se esforcem em demonstrar neutralidade perante o exercício de suas funções. (RIBEIRO, 2011, p. 6).

Na condição de força policial, cabia à Brigada Militar manter a ordem no Estado e seguir os comandos do governador, especialmente em um momento de crise, visto que os acontecimentos políticos são elementos motivadores das forças policiais (RIBEIRO, 2011). Independente da motivação política da Brigada, quer seja a manutenção da ordem ou a permanência do poder do governo, o fato é que essa foi fundamental para o sucesso do movimento. Ainda, segundo Ribeiro:

No decorrer da história e da formação das polícias no Brasil, podemos perceber as ações dessas forças policiais quase sempre ligadas às políticas de sustentação do regime político vigente. Em alguns momentos essa politização da ação policial ganha mais destaque e visibilidade, como por exemplo, além do período [...] entre a Legalidade e o Golpe Civil-Militar, percebemos esse destaque na era Vargas, onde a polícia era um dos instrumentos de legitimação do poder do Estado. Se retornarmos ao exemplo da campanha pela Legalidade promovida pelo governador Leonel Brizola, onde a atuação da Brigada Militar é intensa, podemos perceber que esta instituição atua perante as ordens e a direcionamento do governador do Estado, em uma ordem política, para dar a sustentação aos que queriam João Goulart no poder. (RIBEIRO, 2011, p. 8).

A Brigada foi a primeira organização militar a declarar apoio a Brizola e à Legalidade, sendo seguida, posteriormente, pelo III Exército. Inicialmente, no campo das armas, o governador só tinha a certeza de contar com a Brigada Militar, a tradicional corporação do Estado (SILVA, 1989). A certeza de Brizola se devia ao fato de a Brigada, tradicionalmente, se posicionar ao lado do governador em situações de conflito. Como mencionado anteriormente, em 1837 foi criada a Força Policial, organização que pode ser considerada o embrião da Brigada Militar que se conhece hoje e só recebeu essa nomenclatura em 1892. Nesse sentido, a lei que sancionou a criação da Força Policial (Lei Provincial nº 7) estabelecia, segundo Mariante, em seu 4º artigo, que “estará sujeita diretamente ao Presidente da Província, que a poderá dissolver, quando a segurança pública o exigir” (1972, p. 66). Depreende-se dessa disposição que a Força Policial, posteriormente Brigada Militar, estava subordinada à autoridade do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, cargo que, posteriormente, recebeu a designação de governador.

Em 1892, a organização Brigada Militar foi criada como exército estadual com o intuito de manter o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no poder. Para alcançar esse objetivo, a Brigada Militar se envolveu intensamente na Revolução Federalista (1893-1895) e pode-se dizer que saiu vitoriosa, visto que os republicanos se mantiveram no controle do Estado. Segundo Silva, “desde então a Brigada estaria envolvida em todos os acontecimentos políticos/bélicos importantes na história do Rio Grande do Sul e até mesmo em nível nacional” (2010, p. 7). Após esse conflito, iniciou-se um período de relativa calma no Rio Grande do Sul, no qual não ocorreram enfrentamentos armados. De 1895 até 1923, o Estado viveu um período de quase três décadas

de tranquilidade, restabelecendo-se das feridas do agitado período revolucionário pós Proclamação da República (MARIANTE, 1972).

Como informado anteriormente, a Brigada Militar, em virtude do contexto existente quando de sua criação, sofreu influências positivistas. Essa influência se traduz na missão da Brigada de manter a ordem. A manutenção da ordem, inclusive, foi o princípio seguido pela Brigada Militar em todos os conflitos em que essa se envolveu. Além de mantenedora da ordem, também coube à Brigada a função de sustentar o governo. Nesse sentido, segundo Ribeiro, “é com esse conceito que surge o papel da polícia como elemento de sustentação da governabilidade, ou seja, a polícia é uma das tecnologias de manutenção da ordem e do poder do governo” (2011, p. 9).

Em 1923, a tranquilidade chegou ao fim com a eclosão da Revolução de 1923 ou Revolução Assisista. Nesse conflito, a Brigada Militar, por intermédio dos seus elementos da ativa e da reserva, representou a legalidade ao se manter ao lado do governador Borges de Medeiros e agiu no intuito de manter a ordem (MARIANTE, 1972). Na compreensão de Silva:

A permanência indefinida de Borges na Presidência do Estado e a forma autoritária do seu governo foram as causas da Revolta de 1923, onde conseguiu se manter no poder graças ao auxílio da Brigada Militar e dos Corpos Provisórios, que atuaram com perfeita fidelidade às diretrizes por ele traçadas [...] (SILVA, 2010, p. 8).

No ano seguinte, em 1924, a Brigada Militar se viu envolvida em um conflito fora do Rio Grande do Sul. Neste ano, irrompeu em São Paulo a Revolta Paulista de 1924, movimento tenentista que tinha o objetivo de depor o presidente Artur Bernardes. A motivação da revolta foi o descontentamento dos tenentes ante a crise econômica que atingia o Estado de São Paulo e a concentração do poder nas mãos de políticos paulistas e mineiros. Nesse momento, a Brigada Militar não executava funções policiais, sendo, portanto, exército estadual. Como exército estadual e força auxiliar do Exército, a corporação podia ser convocada pelo presidente da República para conter o movimento revolucionário, como de fato foi. De acordo com Mariante, “mal refeita das cicatrizes de 1923, eis que novamente é chamada a auxiliar o governo federal na manutenção da ordem, mais uma vez conturbada, desta feita no Estado de São Paulo” (1972, p. 152). Vencidos, os revoltosos paulistas

marcharam, então, em direção ao Sul do Brasil e uniram-se aos tenentes gaúchos comandados por Luís Carlos Prestes.

Mais uma vez, com o intuito de parar a Coluna Prestes, a Brigada Militar foi convocada para conter a insurreição iniciada em seu estado-natal que se espalhou pelo Brasil. Conforme Silva, a Coluna Prestes foi o momento em que Assis Brasil percebeu “uma oportunidade para dissolver o poder de Borges de Medeiros, que age com mais presteza, colocando em ação a Brigada Militar, esta ainda atua em defesa do governo federal” (2010, p. 7).

Em janeiro de 1928, Getúlio Vargas assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em 1929, foi lançado como candidato à presidência da República pela Aliança Liberal, grupo que unia os opositores à candidatura de Júlio Prestes. A vitória de Prestes, candidato apoiado pelo então presidente Washington Luís, foi cercada de suspeitas quanto à ocorrência de fraudes eleitorais. De acordo com Silva, “a Aliança Liberal, com o apoio dos tenentes exilados, uma ala do Exército e da Brigada Militar, marcham até o Rio de Janeiro e em 23 de outubro de 1930 Getúlio Vargas toma posse como presidente provisório da República” (2010, p. 9).

Como força estadual, a Brigada Militar optou por permanecer ao lado de seu até então governador, Getúlio Vargas, mesmo que contrariando sua missão de manter a ordem interna. Como já informado no primeiro capítulo deste trabalho, nesse período, o contingente da Brigada era maior do que o do Exército.

Se analisada a situação de forma literal, a Brigada não descumpriu seu princípio de resguardar a ordem estadual, visto que o Rio Grande do Sul estava de acordo com o movimento revolucionário. Nesse sentido, o que se alterou foi a ordem nacional com a marcha de Getúlio Vargas e seus apoiadores até a capital da República. Como o movimento acabou se tornando nacional, a Brigada acompanhou o posicionamento adotado pelo Rio Grande do Sul de apoiar o levante que se iniciava. De acordo com Mariante, “o Rio Grande do Sul [...] levanta-se, uníssono. [...] A Brigada Militar, como sempre, também se mobilizou” (1972, p. 162). Para Karnikowski:

A Revolução de 1930 e a própria Revolução Constitucionalista de 1932, demonstrou a potência e a capacidade bélica das forças militares estaduais. Diante dos olhos dos altos oficiais das Forças Armadas, isso ficou evidente quando a Brigada Militar e seus Corpos Auxiliares (que até 1924 eram denominados Corpos Provisórios), se constituiu na principal força militar da Revolução de Outubro [...]. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 199).

Como citado anteriormente, em 1932 eclodiu um novo movimento revolucionário, novamente no Estado de São Paulo. O objetivo do movimento era derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. O governante do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, solidariza-se com o governo central, enviando para o foco do conflito várias unidades da Brigada Militar e Corpos Auxiliares (MARIANTE, 1972). Nessa situação, a Brigada Militar adotou a posição de seu governador e também atuou em conformidade com o governo federal, visto que ainda era considerada força auxiliar do Exército Nacional. A manutenção da ordem foi outro fator decisivo para a tomada de posição da Brigada Militar. Ainda, segundo Mariante:

No decênio conturbado de 1922 a 1932, pode-se afirmar, sem medo de errar, que a milícia gaúcha encontrava-se, permanentemente, em movimentação, através de todo o Rio Grande do Sul, buscando, com sua presença, impor a ordem e a tranquilidade, sua missão precípua. A atuação da milícia era fruto de uma imposição da época. Não lhe cabia culpa dos rumos da política nacional. Ela cumpria sua missão de guardiã da ordem e da tranquilidade do Estado mais meridional da nação e, não raras vezes, colaborou na manutenção dessa ordem e dessa tranquilidade em outros Estados da Federação. (MARIANTE, 1972, p. 180).

Contida a Revolução Constitucionalista de 1932, a Assembleia Nacional Constituinte foi efetivamente convocada e resultou na Constituição promulgada em 1934, aquela que rebaixou as forças estaduais à condição de força de reserva do Exército Nacional. Pode-se afirmar que esse período foi de relativa tranquilidade para a Brigada Militar, que não se viu envolvida em mais nenhum conflito.

No entanto, a calma chegou ao fim no segundo semestre de 1937, pois o presidente da República, Getúlio Vargas, e o governador do Estado, Flores da Cunha, se encontravam em pé de guerra. Flores da Cunha era contra a centralização do poder idealizada por Vargas e chegou a cogitar o conflito

armado, o que envolveria a Brigada Militar, que àquela altura era capaz de enfrentar o Exército. De acordo com Mariante:

No ano de 1937, no mês de outubro, viveu a tradicional força gaúcha um dos mais sérios e graves momentos de sua atribulada existência, pois que, a certa altura dos acontecimentos, de sua atitude, dependia uma tomada de posição do governante gaúcho. Consequência da situação política nacional e resultante de desentendimentos entre os governos da União e do Estado [...], viu-se a Brigada Militar ante sério dilema: acatar sua requisição pelo governo federal, de conformidade com dispositivo constitucional, como força auxiliar do Exército, ou apoiar o governo do seu Estado, a quem estava subordinada diretamente. O então governador reluta em aceitar a requisição federal e, notoriamente, continua os preparativos bélicos que vinha fazendo, importando armamento e munição, visitando quartéis da Brigada Militar e organizando corpos provisórios, medidas estas que deixavam antever a eclosão de mais um levante dos tantos que, desde 1922, vinham abalando a nação. (MARIANTE, 1972, p. 193).

Foi nesse cenário que, pela primeira e única vez, a Brigada Militar não se posicionou ao lado de seu comandante-chefe, o governador do Estado. Flores da Cunha evitou o conflito armado buscando exílio no Uruguai, visto que não tinha como enfrentar a Brigada e o Exército atuando juntos. A Brigada Militar acatou a decisão do governo federal e evitou a deflagração de novo movimento armado ao se colocar contra o governador (MARIANTE, 1972). Com o Estado Novo, todo o poder passou para as mãos de Vargas e, de acordo com Karnikowski, a centralização política ocorrida durante este período afetou as forças estaduais da seguinte forma:

Efetivamente a centralização propugnada por Getúlio Vargas, depois do fim da guerra constitucionalista de 1932, em termos militares pendeu totalmente a favor do Exército Nacional em detrimento das forças estaduais, principalmente, no que diz respeito à Brigada Militar que foi elemento chave na vitória de Getúlio Vargas em outubro de 1930. O fato é que essa mudança provocou uma crise profunda nas polícias militares em meados dos anos trinta e que se agravou ainda mais nas décadas seguintes. Na verdade, diante disso, restavam às polícias militares somente dois caminhos: ou serem extintas ou realizarem policiamento ostensivo [...]. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 200).

Após o conflito de 1937, a Brigada Militar iniciou seu período de transição e adaptação à condição de força policial, como abordado anteriormente. Foi somente em 1961, com a convocação do governador Leonel Brizola e a eclosão do Movimento da Legalidade, que a corporação ressurgiu como força bélica a fim de dar sustentação à posse do vice-presidente João Goulart. Tendo encontrado resistência no oficialato à época da transição para a

atividade policial, foi durante a Legalidade que a Brigada demonstrou que continuava como força bélico-militar. Ainda, segundo Karnikowski:

O papel da Brigada Militar nos acontecimentos da Legalidade foi decisivo, onde ela se viu ressurgida da sua tradição de exército estadual. Nesse sentido, é que a versatilidade da Brigada Militar, como força pública sempre dedicada ao serviço do Estado, patenteou-se no Movimento da Legalidade de 1961, cuja força militar permitiu que o governador Leonel Brizola insurgisse contra os ministros militares. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 367).

A adesão da Brigada Militar ao Movimento da Legalidade não deixa de ter um caráter simbólico. Para Pierre Bourdieu, “o poder simbólico é [...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (1998, p. 9), ou seja, nesse contexto, a adesão da Brigada deu legitimidade à Legalidade. Daniela Görge dos Reis concorda quando afirma:

É necessário ressaltar que o conflito assumiu uma luta por bens simbólicos vitais à legitimidade do poder. [...] Os bens de caráter simbólico [...] permitem não apenas o controle do poder, mas garantem que a autoridade política não se imponha apenas pela força, mas, sobretudo, pela legitimidade. Ao produzirem e manejarem um sistema de representações que traduziam a “melhor” legitimidade do poder, a ordem social “mais” racional e os “verdadeiros” interesses da Nação, os adeptos da posse do vice-presidente João Goulart e seus adversários desencadearam um duro combate pela apropriação dos bens simbólicos que garantiam a autoridade política, bem como a intensificação de imagens, crenças e ideias que descreviam o futuro, grandioso ou sombrio, da coletividade. (REIS, 2012, p. 90, grifos do autor).

Nesse mesmo sentido, segundo Ribeiro, “ao conceber o poder do Estado surge a polícia como um órgão para dar a sustentação aos seres e ao Estado” (2011, p. 10). Segundo Norberto Bobbio, a polícia “é uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa à [...] manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações [...]” (1998, p. 944). Assim, é possível compreender a tomada de posição da Brigada Militar durante aqueles dias de agosto de 1961. Ainda, conforme Ribeiro, “podemos dizer que a polícia engloba tanto uma prática de saber, como uma prática de poder, exercendo seu papel de controle e manutenção da ordem, dando a sustentação necessária para a expansão do Estado e seu modelo político” (2011, p. 10).

Foi nessa condição que a Brigada Militar aderiu ao Movimento da Legalidade e se pôs contra os ministros militares. Seu posicionamento, um ato político, foi em conformidade com os princípios de se manter leal a seu comandante-chefe, o governador, e de manter a ordem estadual. Como consequência desse ato, ocorreu o ressurgimento da Brigada como exército estadual pela última vez, como salienta Karnikowski:

Se a Revolução Constitucionalista de 1932 marcou a última participação bélica da Brigada Militar nas guerras insurrecionais que caracterizaram as quatro primeiras décadas da República, o Movimento da Legalidade foi a última em que a milícia gaúcha foi toda mobilizada para a guerra, mesmo não tendo sido efetivado nenhum combate. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 368).

A seguir, serão apresentados fatos que demonstram a participação efetiva da Brigada Militar no Movimento da Legalidade.

#### **4.3 A atuação da Brigada Militar no Movimento da Legalidade**

Por seu tempo de duração, o Movimento da Legalidade não pode ser considerado longo, visto que se estendeu de 25 de agosto a sete de setembro de 1961. Entretanto, se considerada a intensidade dos acontecimentos, ver-se-á que a Legalidade ficou marcada pela apreensão e pela iminência de um confronto. O efetivo da Brigada Militar, que em 1961 contava com aproximadamente 13 mil homens, foi fundamental para o desenrolar dos acontecimentos, pois os integrantes da corporação foram responsáveis pela segurança do Palácio Piratini não só na iminência de um bombardeio, mas durante todo o movimento, assim como mantiveram a Cadeia Radiofônica da Legalidade em funcionamento ao impedir o confisco dos cristais de transmissão da Rádio Guaíba.

Nas ruas, os brigadianos organizaram a adesão dos voluntários ao movimento, assim como forneceram e distribuíram armamentos aos indivíduos que permaneceram no Palácio Piratini. Ainda, protegeram locais considerados estratégicos, como o litoral do Estado e mobilizaram todo o efetivo que se encontrava no interior a fim de defender a democracia e a Constituição. Para Mariante, “intensa foi a movimentação na Brigada Militar” (1972, p. 242)

durante aqueles dias de agosto. Também consta sobre a participação da Brigada na mobilização popular e na distribuição de armas à população:

Além de participar dos comitês de resistência e dos batalhões operários, a população também mobilizou-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Lado a lado, populares e soldados da Brigada Militar colaboravam na defesa do Palácio. Os constantes boatos e as notícias desencontradas sobre o iminente ataque do Exército e da FAB bastavam para que milhares de pessoas corressem ao Piratini. Armas foram distribuídas à população. O alto-comando da Brigada Militar comunicou ao governador que a corporação dispunha de um estoque considerável de fuzis, metralhadoras e munição oriundos da Checoslováquia. [...] Desse modo, os armamentos da Brigada Militar foram distribuídos aos civis interessados em lutar. (FERREIRA, 2011, p. 236).

No dia seguinte à renúncia de Jânio, 26 de agosto, sábado, após a divulgação do manifesto redigido pelo marechal Henrique Teixeira Lott, no qual acusava as Forças Armadas de atentar contra a Constituição e as instituições democráticas, Leonel Brizola escreveu um texto que deveria ser publicado em todos os jornais de Porto Alegre na manhã seguinte, no domingo. Restou à Brigada Militar fazer a segurança dos veículos que distribuíram os jornais na manhã de domingo, especialmente as edições do Última Hora (MARKUN; HAMILTON, 2011). Os jornalistas do Última Hora, inclusive, apresentavam-se como voluntários à Brigada Militar (VASCONCELLOS *apud* GUIMARAENS, 1986).

### **Imagem 1: Defesa da fachada do Palácio Piratini**



**Fonte:** Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-ficou-em-prontidao-durante-toda-a-legalidade/>

Nesse cenário de apreensão e de iminente confronto entre as forças militares sediadas em Porto Alegre é que a Brigada agiu, no intuito de proteger o Palácio Piratini e minimizar eventuais prejuízos. Para isso, foram erguidas barricadas no entorno dos quartéis do III Exército, da 3ª Região Militar, da 6ª Divisão de Infantaria e da própria Brigada Militar (SILVA, 1989).

Na manhã de domingo, com a cidade de Porto Alegre sob forte tensão, todo o efetivo da Brigada Militar se encontrava mobilizado para proteger o Palácio Piratini de um possível ataque. Os brigadianos também foram utilizados na segurança dos equipamentos de transmissão da Cadeia Radiofônica da Legalidade, instalados na Ilha da Pintada. Segundo Markun e Hamilton, a presença da Brigada Militar foi uma exigência de Breno Caldas, proprietário da Rádio Guaíba:

O empresário pediu que a rádio não fosse operada dali e que sua torre fosse guarnecida pela Brigada Militar. Sob o olhar atento dos policiais, os estúdios foram desligados, enquanto brigadianos começavam a montar guarda aos transmissores. (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 176).

A segunda feira, dia 28 de agosto, traria novas emoções para a população gaúcha. Com a divulgação da notícia de que o general Machado Lopes, comandante do III Exército, iria ao Palácio Piratini para um encontro com o governador, todos ficaram apreensivos. Para Markun e Hamilton, “o Piratini parecia uma fortaleza: todos os seus funcionários e até os jornalistas estavam armados, e as tropas da Brigada Militar estavam a postos, mas a segurança era muito relativa” (2011, p. 178).

## Imagem 2: Integrantes da Brigada Militar defendendo o Palácio Piratini



**Fonte:** Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa<sup>14</sup>

Ao final da reunião, com a certeza do apoio do III Exército à Legalidade, a Brigada Militar virou pauta de discussão entre Brizola e Machado Lopes. Para Markun e Hamilton (2011, p. 182), “ao selar o acordo, Brizola teria subordinado voluntariamente a Brigada Militar e a Polícia Civil ao comando de Machado Lopes, mantendo o comando político da situação” (2011, p. 182). Guimaraens (2011) discorda, argumentando que a troca de comando foi uma exigência de Machado Lopes. Para Tavares, o diálogo entre Brizola e Machado Lopes aconteceu da seguinte forma:

“Entrego a Brigada Militar ao seu comando!”, diz Brizola. E o coronel Moojen, comandante da corporação gaúcha, completa num apelo: “General, reserve as operações mais duras e arriscadas para a Brigada Militar” (TAVARES, 2013, p. 89, grifos do autor).

No dia 29, terça-feira, após a divulgação do apoio do III Exército à Legalidade, o general Machado Lopes foi destituído do cargo por Odílio Denys, ministro da Guerra. Em seu lugar, foi nomeado o também general Osvaldo Cordeiro de Farias. Em resposta a Denys, Machado Lopes afirmou que não mais acataria suas ordens. A insubordinação do comandante do III Exército deixou o clima ainda mais tenso em Porto Alegre. De acordo com Tavares:

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-ficou-em-prontidao-durante-toda-a-legalidade/>

Surge, então, a primeira ordem de preparação de defesa: deslocar de Caxias do Sul para Porto Alegre o 3º Grupo de Canhões Antiaéreos. As velhas metralhadoras antiaéreas da Brigada Militar gaúcha (compradas na Checoslováquia em 1937 pelo governador-interventor Flores da Cunha) permanecem nos terraços do Palácio, mas a cidade passa a ser protegida por armas modernas que alcançam grandes altitudes. (TAVARES, 2013, p. 113).

Na quarta-feira, dia 30 de agosto, o comandante da Brigada Militar, coronel Diomário Moojen, conclamou todos os milicianos do Brasil, através dos comandantes gerais das Polícias Militares, a combater as tentativas de violação à Constituição e à ordem vigente no país (SILVA, 1989). Ainda, segundo Silva, “o comandante da Brigada ressaltou a necessidade dos camaradas preservarem as tradições de honra legadas por seus antepassados, não denegrindo seus nobres exemplos” (1989, p. 39).

### **Imagem 3: Brigadianos se posicionam armados no telhado do Palácio Piratini**



**Fonte:** Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa<sup>15</sup>

A partir do dia 31, iniciou-se uma movimentação de tropas nos dois sentidos. As guarnições fiéis aos ministros militares iniciaram seu deslocamento em direção ao Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, o III Exército e a Brigada Militar fizeram um planejamento de defesa. A primeira movimentação foi formar um destacamento misto, contendo integrantes

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-ficou-em-prontidao-durante-toda-a-legalidade/>

do Exército e da Brigada para cobrir o litoral contra qualquer incursão da Marinha. As tropas da Brigada Militar acamparam em Torres, enquanto as do Exército penetraram em território catarinense (TAVARES, 2013). A parada dos brigadianos em Torres, cujo deslocamento se iniciou no dia dois de setembro, tinha a finalidade de barrar qualquer penetração do norte para o sul, bem como guarnecer e vigiar toda a região (MARIANTE, 1972). Segundo Markun e Hamilton:

No sábado, 2 de setembro, quando o Batalhão de Operações da Brigada Militar [...] partiu para Torres, no litoral norte do estado, as informações sobre a situação ainda eram confusas. Antes do embarque, o major Heraclides Tarrago falou com seus homens: “Caso seja desfechado um ataque ao nosso estado, nossa missão será de guerra. Missão perigosa, que, por enquanto, ninguém está obrigado a cumprir. Esperamos que nossas autoridades consigam manter a paz e a ordem em nossa República. Caso isso não seja possível, é provável que tenhamos que derramar nosso sangue numa guerra civil. Quem não quiser seguir em frente, pode sair de forma. Alguns têm família numerosa e outros compromissos. Enquanto não houver luta que obrigue ao cumprimento do dever, o comando de Brigada não tomará nenhuma medida punitiva contra aqueles que não quiserem ir”. Ninguém moveu um só músculo, colocando um sorriso no rosto do major, que concluiu: “Vocês sabem honrar as tradições da nossa querida Brigada Militar!” (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 258, grifos dos autores).

Nesse momento, o pagamento dos soldados da Brigada Militar estava atrasado em dois meses, mas nem isso fez alguém desistir (TAVARES, 2013). O batalhão da Brigada foi organizado com um total de 612 homens e, apesar de sua composição híbrida, não se descaracterizou. Ao contrário, mostrou-se compacto e atuou de forma harmônica (SILVA, 1989). Enquanto o Batalhão da Brigada Militar se deslocava rumo a Torres, as Forças Armadas enfrentavam problemas para mobilizar seu efetivo, que parecia estar dividido. Até mesmo a Marinha, que aparentava unidade absoluta a favor do golpe, prendeu até almirantes e vice-almirantes declaradamente legalistas para conseguir mobilizar a esquadra e os fuzileiros navais (TAVARES, 2013). De acordo com o mesmo autor, em São Paulo, a insubordinação dos militares foi ainda maior:

Enquanto as tropas do III Exército “subiam” para São Paulo, as do II Exército, em São Paulo, recebiam ordens de “descer” para o Sul. Mas nem sempre as ordens da alta cúpula militar eram cumpridas. Em dois quartéis paulistas a desobediência foi total. Em Barueri, o coronel Celso Freire de Alencar Araripe negou-se a deslocar os 400 homens do poderoso 2º Grupo de Canhões Antiaéreos de 40 mm e ignorou as ordens do general Araújo Mota, comandante do II Exército, vindas da capital paulista. A desobediência repetiu-se em Quintaúna, no 2º Grupo de Canhões de 90 mm: os oficiais ouviam no quartel a Cadeia da Legalidade e se negaram a combater seus camaradas do Sul. Das quatro unidades paulistas escolhidas para combater o III Exército sulino, apenas o 4º Regimento de Infantaria e pequena parte do 2º Regimento Mecanizado aceitaram sair à estrada e “baixar” em direção ao Sul. Em Santos, o comandante do 2º Batalhão de Engenharia, coronel Creso Coutinho Moutinho, aceitou guarnecer a refinaria de Cubatão, mas negou-se a deslocar tropas para vigiar a estrada rumo a Curitiba, depois que a ampla maioria da oficialidade decidiu “obedecer somente à Constituição, tal qual o III Exército” (TAVARES, 2013, p. 148, grifos do autor).

O desembarque de João Goulart no Brasil, ocorrido em 1º de setembro, também contou com a participação da Brigada Militar. No Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, Jango foi recebido por poucas pessoas, dentre as quais estavam Leonel Brizola, o general Machado Lopes, Hélio Carlomagno, presidente da Assembleia Legislativa, alguns deputados, assessores e vários jornalistas. O carro que conduziu João Goulart ao Palácio Piratini contou com a proteção da Brigada. Em deslocamento, o Batalhão da Brigada Militar que rumava em direção a Torres enfrentou uma série de situações.

De acordo com Silva, no dia três de setembro, “o perigo por terra foi descartado. A grande ameaça encontrava-se no Atlântico, onde navios da Marinha de Guerra bordejavam as águas oceânicas lindeiras a Torres, munidos de barcaças e dotados com tropas de desembarque” (1989, p. 63). No dia cinco, mesmo com João Goulart viajando para Brasília a fim de tomar posse, os efetivos da Brigada Militar e do III Exército mantiveram suas posições, não retornando para o Rio Grande do Sul. Ainda segundo Silva:

Tudo estava preparado para a guerra, faltando apenas um fator desencadeante. Pairavam no ar notícias, boatos e até mesmo informações sobre a iminência de um ataque dos inimigos da legalidade. A informação sobre a grande concentração de fuzileiros navais em Florianópolis, com a missão de desembarcar em Torres e afugentar o Batalhão de Operações, foi ratificada pela comissão catarinense que visitara o major Tarrago em seu posto de comando. (SILVA, 1989, p. 70).

O ataque não se concretizou, e, alguns dias depois, em nove de setembro, o efetivo da Brigada Militar recebeu a ordem para regressar, após a

posse de João Goulart. No dia 10, os brigadianos desembarcaram em Porto Alegre. Após a revista realizada pelo governador, o Batalhão iniciou um desfile às autoridades ali presentes, entre eles Leonel Brizola e o comandante geral da Brigada Militar, Diomário Moojen, além de autoridades civis e eclesiásticas. Ao final do desfile, o major Tarrago, que comandou o Batalhão, se despediu dos integrantes e, de acordo com Silva, “Tarrago estava muito emocionado porque não lhe escapava o reconhecimento da grande colaboração que lhe deram para que pudesse cumprir com êxito a importante missão que lhe fora confiada pelo comando da Brigada Militar” (1989, p. 87).

#### **Imagem 4: Barricadas foram erguidas no entorno do Palácio Piratini**



**Fonte:** Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa<sup>16</sup>

Em vista do que foi exposto, é possível perceber que a Brigada Militar teve atuação intensa no Movimento da Legalidade, buscando resguardar o direito constitucional de João Goulart e a manutenção da democracia. Ainda, foi durante a Legalidade que a Brigada ressurgiu, pela última vez, como o exército estadual criado no final do século XIX. Infelizmente, o golpe evitado em 1961 se efetivaria em 1964 e, dessa vez, contaria com o apoio da corporação gaúcha.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-ficou-em-prontidao-durante-toda-a-legalidade/>

## CONCLUSÃO

Neste estudo, é apresentado como a historiografia analisa o apoio dispensado pela Brigada Militar ao Movimento da Legalidade. Foram utilizadas fontes primárias, como as Constituições do Brasil e do Rio Grande do Sul; e secundárias, como livros e artigos acadêmicos. Como mencionado anteriormente, a Brigada Militar é um tema ainda pouco explorado no meio acadêmico, o que torna esta pesquisa inovadora e passível de novas abordagens.

O Movimento da Legalidade foi uma mobilização civil-militar organizada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cujo objetivo era garantir o direito constitucional de João Goulart assumir a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros. Tendo Porto Alegre como a capital da resistência, coube a Brizola expor a tentativa de golpe e defender o óbvio: o direito legítimo de João Goulart, o Jango, de ocupar o cargo de presidente.

Além do apoio popular, Brizola também contou com um aliado importante: a Brigada Militar, força policial do Rio Grande do Sul. No início da década de 1960, a Brigada desempenhava apenas funções policiais, após vários anos atuando como exército estadual (entre 1892 e 1937). A história da Brigada Militar, inclusive, é marcada pela participação em conflitos não só de caráter regional, mas de proporções nacionais, como a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

No entanto, a Brigada Militar não foi a única instituição militar a defender a Legalidade. Não fosse o apoio dispensado pelo III Exército, principalmente na figura de seu comandante, general José Machado Lopes, dificilmente a mobilização teria alcançado o êxito. A adesão de Machado Lopes expôs o “racha” existente nas Forças Armadas e convenceu uma parcela dos militares a apoiar o movimento.

A Legalidade não só atingiu seu objetivo, a posse de Jango, como também projetou Brizola nacionalmente e “adiou” o golpe militar em pouco mais de dois anos. Esse espaço de tempo, aliás, foi mais do que suficiente para que a imagem de João Goulart fosse “destruída” perante a opinião pública com falsas acusações de predileção pelo comunismo.

As fontes mencionadas neste trabalho possibilitaram algumas considerações. Verificou-se que, na iminência de um golpe, a Brigada Militar optou por apoiar Leonel Brizola e se manter leal à figura representada pelo governador do Estado, seu comandante-chefe. É preciso ressaltar que, nesse período, a Brigada era, além de força policial do Estado, força de reserva do Exército Nacional e a este subordinada, nos termos da Constituição Federal de 1934 e da Constituição Estadual de 1935.

Foi possível verificar, ainda, que, em 1961, durante o Movimento da Legalidade, a Brigada Militar atuou como exército estadual pela última vez. Como dito anteriormente, nesse período, a instituição desempenhava apenas funções policiais, após uma transição iniciada em 1937. O ano de 1950 marca o início da dedicação exclusiva da Brigada ao policiamento. Em 1961, no entanto, a corporação não desempenhou apenas funções policiais, ressurgindo como exército estadual criado em 1892, atuando a fim de resguardar os interesses do Estado.

Com a realização deste estudo, também foi possível averiguar a participação da Brigada Militar em outros conflitos. Como demonstrado no terceiro capítulo, ao longo do século XX a Brigada foi convocada a participar e a conter vários confrontos regionais e nacionais. Nesse sentido, foi possível apurar que a Brigada Militar, tradicionalmente, adota a posição defendida pelo governador do Estado em exercício. A única vez em que isso não aconteceu foi em 1937, quando a Brigada atendeu ao chamado do presidente da República, Getúlio Vargas, em detrimento do governador Flores da Cunha.

Parece consenso entre a historiografia que o Movimento da Legalidade foi responsável por “atrasar” o golpe militar em poucos anos. Não fosse a resistência empreendida por Brizola, a ditadura militar teria se iniciado em 1961, e João Goulart nunca teria sido presidente. Observa-se, assim, que o clamor popular e a adesão de parte das Forças Armadas foram fundamentais para o êxito do movimento. Nesse cenário, é interessante comparar as posições tomadas pela Brigada Militar em 1961 e 1964. Em ambos os casos, a corporação apoiou seu governador, Brizola, em 1961, e Ildo Meneghetti, em 1964. O curioso é que, em 1961, a Brigada ajudou a impedir o golpe orquestrado pelos militares e, em 1964, apoiou o golpe, seguindo as orientações de seu comandante-chefe. Essa questão, inclusive, possibilita a

continuidade desta pesquisa e um aprofundamento na história da Brigada Militar e em suas decisões políticas.

Posto isso, conclui-se que o presente tema leva a diversas outras indagações, sendo possível a realização de novas abordagens sobre a participação da Brigada Militar em conflitos e sobre a própria história da instituição. Por fim, apresenta-se todo o Hino da Legalidade, música de Paulo César Pereio e letra da poetisa Lara de Lemos, sendo uma parte da canção utilizada no título deste trabalho:

Avante brasileiros de pé / Unidos pela liberdade / Marchemos todos  
juntos de pé / Com a bandeira que prega a igualdade / Protesta  
contra o tirano / Se recusa a traição / Que um povo só é bem grande /  
Se for livre como a Nação.

Ressalta-se a importância do tema deste estudo para a manutenção da democracia e das liberdades individuais no Brasil, mesmo que por pouco tempo. O envolvimento da população e de parte das instituições militares no Movimento da Legalidade foi fundamental para adiar o início de um dos períodos mais sombrios da história brasileira.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Vol. 1. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGA, Kenny (Org.). *Parlamentares Gaúchos: João Goulart – perfis, discursos e testemunhos (1919-1976)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.
- BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1937). Constituição da República Federativa do Brasil.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.
- BRIGADA MILITAR FICOU EM PRONTIDÃO DURANTE TODA A LEGALIDADE. Sul 21. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-ficou-em-prontidao-durante-toda-a-legalidade/>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2000, CD.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. *O vice de JK*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/O\\_vice\\_d\\_e\\_JK](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJK/O_vice_d_e_JK). Acesso em: 25 nov. 2017.
- GUIMARAENS, Rafael. *Unidos pela Liberdade*. Porto Alegre: Libretos, 2011.
- GUIMARAENS, Rafael et al. (editores). *Legalidade 25 anos: a resistência popular que levou Jango ao poder*. Porto Alegre: Redactor, 1986.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2010.

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. *O Estado Republicano Rio-Grandense e o Monopólio da Coerção Física na Guerra Civil de 1893: Brigada Militar, Modernidade e Violência*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

QUADROS, Jânio. *Discurso de posse*. 1961. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1137429/mod\\_resource/content/1/J%C3%A2nio%20Quadros%20discurso%20posse.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1137429/mod_resource/content/1/J%C3%A2nio%20Quadros%20discurso%20posse.pdf). Acesso em: 25 nov. 2017.

REIS, Daniela Görgen dos. *Imagens do poder*. As fotografias da Legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

RIBEIRO, Lucas Cabral. *História das polícias militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul*. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH. Natal: 2013, (a).

\_\_\_\_\_. *Os onze da Brigada: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo: 2013, (b).

\_\_\_\_\_. *A polícia militar e sua relação com a política, o Estado e o poder*. I Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo: 2011.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição (1935)*. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1947)*. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Elheovandro José dos. *A Campanha da Legalidade: a percepção dos sargentos da Brigada Militar de Santa Maria sobre sua participação*. I Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS. Porto Alegre: 2014.

SILVA, Juremir Machado da. *Jango: a vida e a morte no exílio*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, Antonio Silveira da. *A Brigada Militar e a Legalidade*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SILVA, Amanda Siqueira da. *Atuação política da Brigada Militar no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. V Simpósio Internacional Estados Americanos: o Bicentenário das Independências (1810-2010). Passo Fundo: 2010.

\_\_\_\_\_. *Brigada Militar: aparelho repressivo do governo Republicano Rio-Grandense*. I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: integração e desencontros. Passo Fundo: 2011.

\_\_\_\_\_. *A história da Brigada Militar nas páginas da revista Pindorama*. I Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS. Porto Alegre: 2014.

\_\_\_\_\_. *Influência da fronteira na formação da Brigada Militar*. III Encontro de Pesquisas Históricas PUCRS. Porto Alegre: 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova História Militar. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Elsevier: Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado – Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.